

**SANDRA CRISTINA GOMES**

**AS LUTAS DE UMA COMUNIDADE PARA MANTER EM FUNCIONAMENTO A  
ESCOLA DO CAMPO ALMIRO PARAÍSO: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para a obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Cezar Luiz De Mari

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2023**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

G633L  
2023  
Gomes, Sandra Cristina, 1979-  
As lutas de uma comunidade para manter o funcionamento  
da Escola do Campo Almiro Paraíso : uma história de  
resistência / Sandra Cristina Gomes. – Viçosa, MG, 2023.  
1 dissertação eletrônica (83 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Orientador: Cezar Luiz de Mari.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,  
Departamento de Educação, 2023.

Referências bibliográficas: f. 70-73.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2023.592>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Educação rural - Paraíso (Viçosa, MG). 2. Escolas rurais  
- Aspectos sociais - Paraíso (Viçosa, MG). 3. Educação e Estado.  
I. Mari, Cezar Luiz de, 1967-. II. Universidade Federal de  
Viçosa. Departamento de Educação. Programa de  
Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 22. ed. 370.91734098151

Bibliotecário(a) responsável: Euzébio Luiz Pinto CRB-6/3317

**SANDRA CRISTINA GOMES**

**AS LUTAS DE UMA COMUNIDADE PARA MANTER EM FUNCIONAMENTO A  
ESCOLA DO CAMPO ALMIRO PARAÍSO: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para a obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 30 de junho de 2023.

Assentimento:



---

Sandra Cristina Gomes  
Autora



Documento assinado digitalmente  
CEZAR LUIZ DE MARI  
Data: 20/09/2023 08:12:00 -0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Cezar Luiz De Mari  
Orientador

*Dedico este estudo aos meus pais, Francisco Gomes (in memoriam), eterno agricultor, que viveu nessa terra pela terra; e Imaculada, que sempre me ensinou o valor do trabalho e da honestidade. Ao meu esposo, João Batista, resposta das minhas orações aqui na terra. A todas as pessoas que lutam por uma educação emancipadora por justiça, verdade e liberdade meu eterno reconhecimento.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida. Por me amparar nos momentos difíceis. Por me lembrar sempre do seu poder e do seu amor, por todos aqueles que colaboraram de forma direta ou indireta para a conclusão de mais uma etapa de grande importância na minha vida profissional.

Ao meu orientador, Cezar Luiz De Mari, que me inspirou por sua luta por uma educação emancipadora. Por ter acreditado na minha escrita, por ter me mostrado os caminhos para ser uma pesquisadora. Gratidão pela atenção dedicada e pela orientação pautada em perguntas e reflexões. Por ter me dado liberdade durante o percurso da pesquisa. Pela paciência diante das minhas dificuldades e inseguranças.

Aos professores do PPGE-UFV, especialmente aos professores da banca de qualificação e defesa Professor Edgar Pereira Coelho, que com toda amorosidade e paciência ajudou a traçar os caminhos dessa pesquisa. Desde o início sempre com muito cuidado e leveza fez as colocações necessárias e valiosas para que eu entendesse meu papel enquanto pesquisadora. Professora Rita Souza, professor Geraldo Marcio Alves dos Santos.

Aos meus colegas de turma que me fortaleceram durante a caminhada, em especial meu sincero agradecimento à linha 3: Formação Humana, políticas e práxis sociais, e o grupo Gecce no qual encontrei e reencontrei pessoas incríveis e muito necessárias. Destaco o Lucas, a Priscilla, Alaíde e, por fim, a Ana Carolina, que se mostrou sempre tão solícita e acolhedora desde o primeiro contato mesmo que remoto. E com certeza virou uma amiga para a vida. Igualmente importante nessa caminhada destaco a presença amiga de Lillian Rodrigues Alaíde, sem elas a caminhada não seria a mesma. Elas seguraram em minhas mãos e nunca mais soltaram. Gratidão meninas pelas trocas madrugada afora, finais de semana, feriados, pelas idas e vindas de Viçosa à Teixeiras, Guiricema à Viçosa, Ervália Muito Obrigada por tudo!!

As minhas colegas de trabalho do Centro de educação Infantil Piuí, não tenho palavras para agradecer tanto carinho e preocupação durante esse período de realização de sonho. Sinto que vocês vivenciaram todas essas emoções comigo. Choraram e se alegraram com meu crescimento teórico, descobriram Gremaschi junto comigo. Gratidão a todos vocês e aos meus alunos me desculpo pelas minhas ausências.

Agradeço às minhas amigas, Ana Luisa Gediél. Tatiane Castro, Janaina Avelar, Solange Cardoso por me incentivarem e por me fazer acreditar que seria possível.

Aos meus irmãos Silvia e Juninho por sempre torcerem por mim. Em especial ao Juninho pelas longas conversas sobre sonhos, sobre nunca desistir.

A minha mãe que desde pequena me ensinou o valor da honestidade, e a correr atrás dos meus objetivos com trabalho duro e determinação.

Ao meu esposo João Batista, posso dizer que finalmente conseguimos!!! Você foi o primeiro a sonhar e acreditar que seria possível. Você estava lá quando ninguém mais estava. Sabe de cada lágrima de vitória ou de cansaço de alegria de alívio. Agradeço por acreditar em mim quando nem eu mesma acreditava. Peço desculpas pelas luzes acesa de madrugada. Gratidão pelos debates intermináveis nesses dois anos de pesquisa e por toda compreensão e cuidado que com certeza fizeram toda diferença nessa caminhada. Agradeço-te por acompanhar e apoiar os meus /nossos sonhos. Por ser o alicerce que sustenta meus/ nossos projetos de vida.

Aos meus colaboradores na pesquisa que me concederam entrevistas e acreditaram na seriedade desta dissertação e em especial à comunidade do Paraíso. Desde o momento em que decidi escrever sobre essa luta. Esse trabalho deixou de ser meu e passou a ser de toda a comunidade.

A todos e todas, muito obrigada!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

*“Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor.”*

*(Paulo Freire)*

## RESUMO

GOMES, Sandra Cristina, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2023. **As lutas de uma comunidade para manter o funcionamento da Escola do Campo Almiro Paraíso: uma história de resistência.** Orientador: Cezar Luiz De Mari.

A presente pesquisa, intitulada As lutas de uma comunidade para manter em funcionamento a escola do campo Almiro paraíso: uma história de resistência. Teve como finalidade identificar e analisar as estratégias de resistência dos moradores da Comunidade do Paraíso em prol da manutenção do funcionamento da Escola Municipal Almiro Paraíso. Para fundamentar a pesquisa foram utilizados conceitos como educação do campo, políticas públicas do campo, rural e urbano, bem como os teóricos Graziano da Silva (2002), Caldart (2013), Knof (2013), Freire (2008) e Gramsci (2004). Entre os Objetivos Específicos destacamos: investigar e descrever o histórico da Escola Almiro Paraíso e o seu significado no processo organizativo da comunidade; despertar e analisar a consciência política de direito à Educação da comunidade. Investigar o papel dos moradores da comunidade do Paraíso na defesa da permanência da instituição escolar no local. Entre os resultados alcançados, constatamos que podemos aprender e apreender muito sobre como a luta da comunidade do Paraíso se insere no campo das resistências dos subalternizados para a garantia dos direitos da educação pública, da aprendizagem organizativa da comunidade do Paraíso. O movimento de resistência realizado em parceria com os líderes comunitários conseguiu incentivar a participação comunitária no planejamento das ações, organização e engajamento para permanência da escola na comunidade. Durante a pesquisa fica claro para as comunidades, sobretudo as comunidades tradicionais, a importância da coletividade do trabalho coletivo da luta coletiva. Podemos concluir que individualmente não há sobrevivência.

**Palavras-chave:** Educação do Campo. Fechamento de escolas do campo. Resistência.

## ABSTRACT

GOMES, Sandra Cristina, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2023. **The struggles of a community to keep the school of Campo Almiro Paraíso running: a history of resistance.** Adviser: Cezar Luiz De Mari.

This research, entitled the struggles of a community to keep the Almiro Paradise school in operation: a story of resistance. Its purpose was to identify and analyze the resistance strategies of the residents of the Community of Paraíso in favor of maintaining the functioning of the Almiro Paraíso Municipal School. To support the research, concepts such as rural education, rural, rural and urban public policies were used, as well as theorists Graziano da Silva (2002), Caldart (2013), Knof (2013), Freire (2008) and Gramsci (2004).) Among the Specific Objectives we highlight: investigating and describing the history of the Almiro Paraíso School and its significance in the community's organizational process; awaken and analyze the community's political awareness of the right to Education. Investigate the role of residents of the Paraíso community in defending the permanence of the school institution in the location. Among the results achieved, we found that we can learn and grasp a lot about how the struggle of the Paraíso community is inserted in the field of resistance from subordinates to guarantee the rights of public education and the organizational learning of the Paraíso community. The resistance movement carried out in partnership with community leaders managed to encourage community participation in planning actions, organization and engagement to ensure the school remains in the community. During the research, it becomes clear to communities, especially traditional communities, the importance of collective work and collective struggle. We can conclude that individually there is no survival.

**Keywords:** Rural Education. Closing of rural schools. Resistance.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Comunidade do Paraíso.....	31
Figura 2 – Escola Municipal Almiro Paraíso .....	32
Figura 3 – Reforma da Escola no ano de 2016.....	33
Figura 4 – Transporte escolar disponibilizado pela PMV .....	35
Figura 5 – Informativo <i>A voz do Paraíso</i> .....	36
Figura 6 – Associação Comunitária do Paraíso.....	37
Figura 7 – Síntese sobre os atores envolvidos e objetivos deste estudo na tentativa de fechamento da Escola Almiro Paraíso.....	38
Figura 8 – Solicitação do deputado estadual para a reforma da Escola .....	44
Figura 9 – Ofício formalizando o pedido de iluminação da quadra .....	49
Quadro 1 – Relação aluno série/Ano da Escola Almiro Paraíso, no ano de 2017.....	34
Quadro 2 – Lista dos convites distribuídos e aceitos.....	40
Quadro 3 – Argumentos da prefeitura e da comunidade em relação ao fechamento da Escola Almiro Paraíso.....	53

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CNE	Conselho Nacional de Educação
MST	Movimento Sem Terra
PNE	Plano Nacional de Educação
CF	Constituição Federal
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PRONACAMPO	Programa Nacional de Educação do Campo
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
EC	Emenda Constitucional
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar de
UFV	Universidade Federal de Viçosa
ACP	Associação Comunitária do Paraíso
SEE/MG	Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais
PPP	Projeto Político Pedagógico
IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I – PERSPECTIVAS TEÓRICAS QUE FORTALECEM O DISCURSO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E DAS ESCOLAS RURAIS .....</b>	<b>16</b>
<b>1.1 Campo e cidade</b>	<b>16</b>
<b>1.2 Rural e urbano</b>	<b>18</b>
<b>1.3 Escola rural e escola urbana</b>	<b>19</b>
<b>1.4 Políticas para Educação do Campo</b>	<b>20</b>
<b>1.5 Fechamento de escolas rurais e o processo de nucleação escolar</b>	<b>22</b>
<i>1.5.1 A municipalização do ensino .....</i>	<i>22</i>
<i>1.5.2 O direito ao transporte.....</i>	<i>23</i>
<i>1.5.3 A nucleação realizada pelas prefeituras .....</i>	<i>25</i>
<b>CAPÍTULO II – PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>28</b>
<b>2.1 Técnicas de coleta de dados</b>	<b>29</b>
<b>2.2 Comunidade do Paraíso</b>	<b>30</b>
<b>2.3 A Escola Municipal Almiro Paraíso</b>	<b>32</b>
<i>2.3.1 Contextualizando o transporte escolar na Escola Municipal Almiro Paraíso.....</i>	<i>34</i>
<b>2.4 A Associação Comunitária do Paraíso</b>	<b>36</b>
<b>CAPÍTULO III – RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>41</b>
<b>3.1 A história de uma luta pela disputa da escola e do direito de estudar: o poder hegemônico</b>	<b>41</b>
<b>3.2 Estratégias de resistência da comunidade contra o fechamento</b>	<b>48</b>
<i>3.2.1 Avanço do poder público, 2013: apresentação da proposta à comunidade pela Prefeitura de Viçosa .....</i>	<i>52</i>
<i>3.2.2 Resistência da comunidade, 2014: desinvestimento, risco de fechamento da escola e o apoio do Rotary Club.....</i>	<i>54</i>
<i>3.2.3 Recuo do poder público, 2015: A Prefeitura recua da decisão de fechar a escola diante da pressão comunitária .....</i>	<i>55</i>
<i>3.2.4 Embate direto, 2016/2017: poder público x comunidade.....</i>	<i>61</i>
<i>3.2.5 O que aconteceu, 2018-2022: a luta continua ou alguém ganhou essa queda de braço? .....</i>	<i>65</i>

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS – O QUE É POSSÍVEL APREENDER DESTA EXPERIÊNCIA? .....</b>	<b>66</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>70</b>
<b>ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE ...</b>	<b>74</b>
<b>ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....</b>	<b>76</b>

## INTRODUÇÃO

Por muito tempo o campo foi visto como meio de sustento das famílias rurais e urbanas ressaltando suas inúmeras finalidades de bem-estar, turismo, sustentabilidade, empregabilidade entre outros, porém, hoje não é visto com a mesma importância, principalmente por políticas públicas. A falta de apoio e visibilidade às famílias rurais fazem com que aconteça o êxodo rural, onde as famílias migram para a cidade em busca de melhoria da qualidade de vida.

Em meio a este cenário do êxodo rural, temos a luta pela educação do campo que surge pelos movimentos sociais camponeses que ainda seguem reivindicando os direitos da comunidade quanto a sua identidade, historicidade e escolas (CALDART, 2013). Em oposição aos movimentos sociais há o poder público que propõe o processo de nucleação, ou seja, de transferência dos alunos das escolas rurais e do campo para as escolas urbanas (SANTOS; GARCIA, 2020). Tal política nega a permanência do aluno na escola rural e/ou do campo, além de propiciar uma perda de identidade cultural e territorial do aluno.

Um dos locais em que isso tem acontecido é no município de Viçosa/MG, local em que esta pesquisa buscou-se investigar o processo de tentativa de fechamento de uma escola do campo, a Escola Municipal Almiro Paraíso, frente ao poder público ao longo de 2013 a 2017. Órgãos públicos municipais destacaram que ficaria viável e econômico para a prefeitura levar os alunos da escola do campo para a cidade, ao invés de manter os professores para dar aulas na escola mencionada. Durante o período analisado a prefeitura deu um prazo de um ano para que a escola aumentasse o número de estudantes, caso contrário a escola seria fechada.

A fim de unir forças com a comunidade escolar, a Associação Comunitária do Paraíso e a direção da escola foram em busca de alunos para serem matriculados na escola. A união da minoria assumiu um caminho como maioria e buscaram trabalhar as semelhanças entre si e não só as diferenças e assim criar a unidade na diversidade, fora da qual não vemos como aperfeiçoar-se e até como construir-se uma democracia substantiva, radical (FREIRE, 1992). A união da Associação Comunitária conseguiu criar um espaço para as crianças da Escola Municipal Almiro Paraíso e da comunidade brincarem, sendo o parquinho que foi construído por voluntários e com material comprado com o dinheiro arrecadado pela Associação em 2014. Esse e outros movimentos da comunidade são parte das lutas que se anunciam nesta pesquisa e que aprofundam para manter em funcionamento a Escola Almiro Paraíso.

A escola se tornou um espaço onde ocorrem diversas atividades de integração e cultura para a comunidade, como a exemplo da capoeira, da música, além de ser um ambiente de organização comunitária via associação de moradores. Essas atividades extracurriculares, de acordo com os agentes facilitadores do conhecimento, juntamente com seu empenho aumentaram a procura por vagas na escola e permitiram aos educadores avaliar a influência que a escola exerce sobre os estudantes atendidos e seus familiares. Apesar das dificuldades encontradas, a Escola Municipal Almiro Paraíso se destaca por manter a comunidade envolvida e comprometida com as demandas da instituição buscando sempre por soluções, como a realização de obras estruturais e a manutenção do funcionamento das escolas (SANTOS, 2017).

Diante do que foi exposto, o objetivo principal desta pesquisa foi identificar e analisar as estratégias de resistência dos moradores da Comunidade do Paraíso em prol da manutenção do funcionamento da Escola Municipal Almiro Paraíso. Para fundamentar a pesquisa foi utilizado conceitos como educação do campo, políticas públicas do campo, rural e urbano, bem como os teóricos Silva (2002), Caldart (2013), Knof (2013), Freire (2008) e Gramsci (2004). Esta dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo aponta os conceitos e teorias e políticas que discutem a Educação do Campo e a Escola Rural, apresentando histórico da Educação do Campo no Brasil e as Políticas Públicas para Educação do Campo. Por fim, é traçado como se dá o fechamento de escolas rurais. O segundo capítulo trata sobre o percurso metodológico da pesquisa. Elaboramos roteiros de entrevistas para coleta junto aos membros da associação de moradores, pais e agentes públicos envolvidos no processo da tentativa de fechamento da escola para compreender as organizações e resistências dos moradores no processo de manutenção da unidade escolar.

O local de desenvolvimento da pesquisa foi a Comunidade do Paraíso, por meio do acompanhamento de reuniões da Associação Comunitária dos Moradores e entrevistas com professores do período de tentativa de fechamento da Escola, e também com pais de estudantes e agentes públicos envolvidos. O terceiro capítulo refere-se sobre os resultados e discussões trazendo sobre a tentativa de fechamento da Escola Municipal Almiro paraíso. E as estratégias de resistência da comunidade contra o fechamento, assim como as congruentes análises de todo histórico do processo e tensões entre a manutenção e o fechamento da escola Municipal Almiro Paraíso em Viçosa, MG.

Frente ao exposto, esta dissertação tem como objetivo geral identificar e analisar as estratégias de resistência dos moradores da Comunidade do Paraíso em prol da manutenção do funcionamento da Escola Municipal Almiro Paraíso.

De forma específica, pretende-se:

- investigar e descrever o histórico da Escola Almiro Paraíso e o seu significado no processo organizativo da comunidade;
- Despertar e analisar a consciência política de direito a Educação da comunidade.
- investigar o papel dos moradores da comunidade do Paraíso na defesa da permanência da instituição escolar no local.

## **CAPÍTULO I – PERSPECTIVAS TEÓRICAS QUE FORTALECEM O DISCURSO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E DAS ESCOLAS RURAIS**

Este capítulo foi estruturado em tópicos que apontam os conceitos, teorias e políticas que discutem a Educação do Campo e a Escola Rural a fim de apresentar um panorama teórico que perpassa o tema desta pesquisa. Diante disso, apresentam-se os conceitos relacionados ao Campo e Cidade; Rural e Urbano. Em seguida, pontua-se o histórico da Educação do Campo no Brasil e as Políticas Públicas para Educação do Campo. Por fim, é traçado como se dá o fechamento de escolas rurais.

### **1.1 Campo e cidade**

Cidade e campo são conceitos que se aplicam distintamente. Cidade é a localidade onde está sediada a Prefeitura Municipal. É constituída pela área urbana do distrito sede e delimitada pelo perímetro urbano estabelecido por lei municipal. Na perspectiva de Bagli (2006),

[...] campo e cidade são construções sociais. São espaços produzidos por relações sociais, ou seja, os atores presentes no campo possuem suas realidades próprias e diferentes daquelas que convivem nas cidades. O campo e a cidade expressam relações sociais diferentes de acordo com seus “valores, práticas, comportamentos e hábitos”. (BAGLI, 2006, p. 61).

Diante disso, há muito o que se falar sobre a importância do homem do campo para sociedade e pouco se faz para que ele permaneça no campo vivendo de forma digna seus valores. Há uma se nas políticas públicas para o atendimento às populações trabalhadoras que vivem no campo tirando seu sustento da terra. Um fator que vem causando o êxodo rural é a falta de escolas que atendam os filhos desses trabalhadores. Por falta dessas escolas e por buscarem uma vida digna para seus filhos, esta população acaba migrando para a cidade em busca de uma melhor qualidade de vida.

O trabalho no campo em pequenas propriedades vem sofrendo as pressões dos sistemas de agricultura extensiva homogeneizando os processos produtivos, vinculando-os diretamente às metas de *commodities* e produtos que respondem ao mercado externo. O fechamento das escolas do campo vem produzindo a redução dos espaços de convivência dessas populações e reforçando as migrações para o urbano. Tais legislações, de outro lado, seguem as lógicas da nucleação por diversos motivos, dentre os quais a racionalização de custos. Esse campo sem

gente, sem escola, sem as rodas de cultura é que me leva a essas reflexões trazidas nessa pesquisa, coerente com a colocação de Arroyo, Caldart e Molina (2004).

Defende o direito que os povos do campo têm de pensar o mundo a partir do lugar onde vivem, ou seja, da terra em que pisam, e que os projetam como sujeitos de história e de direitos; como sujeitos coletivos de sua formação enquanto sujeitos sociais, culturais, éticos e políticos. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p.11-12).

O que resta a esses moradores é se organizarem enquanto cidadãos e se unirem às associações comunitárias de moradores e de pais para juntos criarem um movimento de resistência para medir forças com as políticas de governo que demonstram interesses apenas na economia advinda dos povos do campo como aponta Peripolli (2009):

[...] a educação que chegou/chega a estas populações, os povos do campo, não foi nem é a que interessa a estes trabalhadores, mas a que convém aos sucessivos modelos econômicos implantados e que buscam, única e exclusivamente, atender os interesses do capital. (PERIPOLLI, 2009, p. 13).

Há uma disputa de concepção de produção e de vida que põe em questão a agricultura familiar, a vida comunitária, os laços de solidariedade, as relações de amizade, e outros. Nesse sentido, os avanços do agronegócio vão destruindo essa malha, pondo no seu lugar o capitalismo de *commodities*, que de um lado criam os diversos êxodos rurais, afastando as populações de sua relação com espaço e com a terra. É possível enxergar a presença das escolas do campo como espaço que promove a socialização. O Parecer nº 36/2001, que trata das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, afirma que o campo, “mais do que um perímetro não urbano é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana” (BRASIL, 2001, p. 11). Kremer (2011, p. 1) afirma que “a escola, juntamente com a Igreja, parece ser fundamental como eixos agregadores que permitem a sobrevivência da vida em comunidade”.

O contexto histórico do campo aponta também para as mudanças ligadas ao ensino brasileiro. De acordo com Romanelli (2003):

Cada fase histórica do ensino brasileiro vai refletir a interligação destes fatores: a herança cultural, atuando sobre os valores procurados na escola pela demanda social de educação, e o poder político, refletindo o jogo antagônico de forças conservadoras e modernizadoras, com o predomínio das primeiras. (ROMANELLI, 2003, p. 19).

Diante disso, vemos que cada período de mudança e desenvolvimento da educação foi demarcado pelos aspectos sociais, políticos e educacionais, bem como por perspectivas distintas ligadas ao movimento conservador e, por outro lado, ao movimento de modernização. Quando se trata do movimento conservador a educação é tida como algo fixo e imutável, ao contrário do segundo em que traz a educação como transformadora sendo capaz de permitir aos sujeitos manutenção e recuperação de suas memórias, cultura, saberes e experiências, na medida em que se colocam como uma instituição que expressa e reflete a realidade do campo.

## 1.2 Rural e urbano

A definição estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente ao rural e urbano se caracteriza como:

Na situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondendo às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas rurais isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. (IBGE, 1996, p. 9).

Compreende-se que a aceção do IBGE (1996) privilegia o caráter administrativo assumido pelas cidades. Com isso, são estabelecidas sedes municipais para regular e ordenarem determinada região, independentemente do número de habitantes, de seus aspectos econômicos, sociais, culturais e geográficos. Outro elemento que se pode entender nessa análise do rural e do urbano para o IBGE é que ele considera como polo principal o urbano. Sendo assim, definido esse espaço, o restante é rural, ou seja, secundário.

Já Graziano da Silva (2002, p. 3), compreende que “a dicotomia urbano/rural procurava representar as classes sociais que contribuíram para o aparecimento do capitalismo ou a ele se opunham na Europa do século XVII, e não propriamente um corte geográfico”. Entende-se que esta dicotomia pode ser atribuída como:

A partir daí [da modernização das cidades] o “urbano” passou a ser identificado como o “novo”, com o “progresso” capitalista das fábricas; e os rurais ou a “classe dos proprietários rurais”, com o “velho” (ou seja, a velha ordem social vigente) e com o “atraso” no sentido de que procuravam impedir o progresso das forças sociais. (SILVA, 2002, p. 3).

Além disso, Graziano da Silva (1996) defende a ideia de que o rural seja um *continuum* do urbano no que diz respeito às atividades econômicas e ao trabalho. Portanto, o rural também se caracteriza pelas atividades não agrícolas como turismo e moradia podendo também ser compreendido como uma “dimensão urbana”.

Na concepção de Carlos (2004, p. 131), “urbano” e “rural” são conceitos que reproduzem uma realidade social concreta, quando a “cidade e campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais neles e estas, hoje ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana”. Ou seja, a composição da sociedade urbana se molda a partir da composição do campo e da cidade.

### **1.3 Escola rural e escola urbana**

A educação do campo surge em meio aos movimentos sociais por camponeses a fim de fortalecer uma luta da comunidade não somente a favor de seus territórios, mas também por uma implementação de escolas públicas no campo que legitimem suas identidades (CALDART, 2013).

Em 1932, foi lançado o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* que defendia em seu texto uma concepção de uma escola totalmente pública, que fosse essencialmente gratuita, mista, laica e obrigatória, em que se pudesse garantir uma educação comum para todos, colocando, assim, homens e mulheres frente à iguais possibilidades de aprendizagem e oportunidades sociais, abolindo os privilégios de gênero ou mesmo de classe social (BRASIL, 2007, p. 10).

Portanto, o movimento social no campo representa uma nova consciência do direito à terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, à saúde e à educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizaram, os riscos que assumem, mostram quanto reconhecem sujeitos de direitos (ARROYO, 2004, p. 73).

Nesse processo de criação da luta e resistência pela Educação do Campo, em 1998 surge a *Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo* que apresentou aspectos reais do campo em relação às lutas dos movimentos sociais no campo e a visão de um novo formato de escola discutido diante desse movimento. Além de a temática ter levado muitas discussões nos movimentos sociais, os espaços acadêmicos também realizaram debates e enfatizaram a importância de se pesquisar a Educação no Campo no Brasil (FERNANDES, 2004).

De acordo com o parecer do Conselho Nacional da Educação (CNE/CEB, 036/2001):

A Educação no Campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, incorpora os espaços das florestas, da pecuária, das minas e da agricultura, mas as ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caixaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, neste sentido, é mais que um perímetro urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres com a própria produção das condições de existência social e com as realizações da sociedade humana. (BRASIL, 2001, art.28).

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002:

O reconhecimento de que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação diferenciada daquela oferecida a quem vive nas cidades é recente e inovador, e ganhou força a partir da instituição, pelo Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. (BRASIL, 2002).

As lutas que as comunidades do campo travaram para garantir seus direitos e sua dignidade vivendo no campo foram validadas há pouco mais de dez anos. Com o movimento dos camponeses e a luta pela reforma agrária. É certo que, a educação por si só, não resolverá todos os problemas sociais que enfrentam essas famílias que vivem no campo. Serão necessárias outras políticas nas áreas do campo brasileiro para que estes indivíduos que têm por opção fixar residências e trabalhar no campo vivam com mais dignidade.

#### **1.4 Políticas para Educação do Campo**

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigos 26 e 28, estabelece a organização curricular diferenciada para as escolas rurais. Conforme dispõe o artigo 28:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente.

- I- Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II- Organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e as condições climáticas;
- III- Adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996, art. 28).

O que podemos perceber é que foi o movimento dos trabalhadores rurais, Movimentos Sem Terra (MST) que fortaleceu a luta por uma educação de qualidade do campo e no campo.

O Projeto de Lei nº 8.035 estabelece em seu artigo 8º, parágrafo § 1º, que: “Os entes federados deverão estabelecer em seus respectivos planos de educação metas que considerem as necessidades específicas das populações do campo e de áreas remanescentes de quilombos, garantindo equidade educacional” (BRASIL, 2010b, art. 8).

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 1998, propõe que as escolas do campo recebam atenção e tratamento diferenciado, assegurando que o ensino básico chegue a todos.

A escola rural requer um tratamento diferenciado, pois a oferta de ensino fundamental precisa chegar a todos os recantos do País e a ampliação da oferta de quatro séries regulares em substituição às classes isoladas unidocentes é meta a ser perseguida, consideradas as peculiaridades regionais e a sazonalidade. (Lei 10.172, de 2001).

Definição de campo não é só localização geográfica, mas o pertencimento e a relação de sociabilidade que as pessoas estabelecem com o meio. É dentro dessa relação que a escola tem um papel muito importante, assim como a associação comunitária ou de moradores, a Igreja e as organizações coletivas que existem na comunidade. Portanto, as conformidades da escola do campo estabelecidas pelos seus sujeitos sociais se mostram relacionadas à cultura da comunidade, a relação de trabalho que a comunidade estabelece com o meio.

O decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de Educação Básica e Superior às populações do campo e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto. Entende-se por:

I - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e

II-escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

§ 20 Serão consideradas do campo as turmas anexas vinculadas a escolas com sede em área urbana, que funcionem nas condições especificadas no inciso II do § 1º 1) situada em área rural situada em área urbana com atendimento predominante às populações do campo.

§ 40 A educação do campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político-pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo.

§ 20 A formação de professores poderá ser feita concomitantemente à atuação profissional, de acordo com metodologias adequadas, inclusive a pedagogia da alternância, e sem prejuízo de outras que atendam às especificidades da educação do campo, e por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 60 Os recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários destinados à educação do campo deverão atender às especificidades e apresentar

conteúdos relacionados aos conhecimentos das populações do campo, considerando os saberes próprios das comunidades, em diálogo com os saberes acadêmicos e a construção de propostas de educação no campo contextualizadas. (BRASIL, 2010, art.60).

As políticas para Educação do Campo têm suas origens nos movimentos do campo das décadas de 1980 e 1990, tendo como os principais marcos legais a CF/1988 e a LDB/1996, porém nas décadas seguintes as regulamentações vão passando por um processo de aperfeiçoamento no sentido de concretizá-las, como mostra o decreto acima assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Haddad e Daniel Maia em 04 de novembro de 2010.

O Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) foi lançado pela presidente Dilma Rousseff. No ano de 2012 o Decreto nº 7.352/2010 (BRASIL, 2010) tendo como propósito, oferecer apoio financeiro e técnico para viabilização de políticas públicas no campo. Surge com inúmeras inovações, contemplando os povos do campo e os objetivos, dentre outros, de frear o insistente fechamento das escolas do campo e o incentivo à Pedagogia da Alternância. O PRONACAMPO é um programa que atua diretamente com ações na qualidade da educação do campo, para garantir e certificar o aperfeiçoamento na formação de professores, produção de livros e materiais didáticos, reformas da infraestrutura da escola. Que são fatores predominantes para a evasão das escolas do campo.

## **1.5 Fechamento de escolas rurais e o processo de nucleação escolar**

### ***1.5.1 A municipalização do ensino***

De acordo com Souza e Faria (2017), na promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988 a tese da descentralização da educação se torna efetivamente lei (Artigo nº 211), por meio da qual se propugna por ineditismo no Brasil, a organização dos sistemas de ensino entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios pela via do chamado Regime de Colaboração, mais tarde reformulado pela Emenda Constitucional (EC) nº 14, de 1996, que viabilizou, no ano seguinte, a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Naquele momento, marcado por fortes reações ao centralismo do regime autoritário e por uma grande revalorização da instância local, e apesar da pluralidade de interesses, definiu-se a tendência de atribuição de uma maior autonomia aos Municípios, confirmada, no campo da educação, alguns anos após, pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei nº 9.394 –, em 1996. Estabelece

que todo cidadão brasileiro tem o direito ao acesso gratuito (no sistema público) ao ensino fundamental (9 anos de estudo); e define que o ensino fundamental tem início aos 6 anos de idade.

Idealizada por Anísio Teixeira desde a década de 1920, a descentralização do ensino era vista como um ganho, na medida em que os administradores estariam mais próximos e, portanto, sendo mais capazes de administrar com maior competência os poucos recursos destinados à educação, e que a realidade local não deveria ser deixada de lado no ato de ensinar. Porém, a política de municipalização só ganhou força 70 anos depois, mais especificamente a partir da segunda metade dos anos 1990, quando os governos federal e estadual iniciaram o processo, repassando a alguns municípios a responsabilidade pela administração do ensino fundamental. Nesse ponto, há de se ressaltar a importância do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), o qual estabeleceu que a partir de janeiro de 1997, os estados, o Distrito Federal e os municípios deveriam destinar pelo menos 15% da receita de impostos ao financiamento e desenvolvimento do ensino fundamental. (SANTOS, 2003 *apud* CASSUCE; COELHO; LIMA, 2022, p.135).

A Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 definiram o papel do município como ente federativo autônomo, na questão da formulação e da gestão da política educacional, com a criação do seu próprio sistema de ensino. Essas medidas legais definiram também, claramente, a colaboração e parceria entre a União, os Estados e os municípios como sendo a mais apropriada para a procura de uma educação eficiente e eficaz e não excludente.

### ***1.5.2 O direito ao transporte***

O fechamento das escolas rurais coloca a questão do transporte escolar e do deslocamento das crianças para outros ambientes escolares. Algumas crianças passam horas no transporte escolar fazendo esse traslado do trajeto de ida e volta das escolas da cidade para o campo.

O transporte escolar consiste em um direito aos estudantes da zona rural, contribuindo com o acesso à educação ao ser garantido pelo Art. 208 da constituição no inciso VII, que estabelece “o atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 1988, art. 208). Assim, o educando matriculado em escola pública de educação básica, independentemente da etapa escolar em que se encontra, pode ter sua permanência assegurada por lei junto a outras determinações.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei 8069/90, em seu artigo 53, acrescenta que a criança e ao adolescente têm o direito ao acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. Tal preceito também se assegura aos alunos do campo. Porém, o fechamento de escolas do campo inviabiliza a concretização desse direito, tornando os estudantes dependentes de uma condução diariamente, que os levam às escolas urbanas e retornem com eles para suas casas.

Falar de transporte escolar engloba várias outras questões como segurança, precariedade dos veículos, gasto com manutenção, tempo que as crianças permanecem dentro dos transportes, riscos que as crianças correm diariamente nas rodovias, contratos de motoristas, contratos de monitores para auxiliar as crianças dentro do transporte escolar. Todas essas questões são responsabilidades do município e são asseguradas pela Lei nº 9.394/1996 ao estabelecer no inciso VI do artigo 11 que os municípios devem “assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal” (BRASIL, 1996, art. 11) e também do estado em rede de colaboração. Baseado nesta exigência legal percebe-se que as escolas do campo necessitam do aparato de políticas públicas para manter em funcionamento, como o transporte escolar, que para muitas crianças é a única opção para chegarem até a escola e exercer o seu direito garantido por lei.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) consiste na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com manutenção, seguros, licenciamento impostos e taxas pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria recuperação de assentos, combustível e lubrificante do veículo ou no que couber da embarcação utilizada para o transporte de alunos da educação básica pública, residente em área rural. Além disso, serve para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar. Não atender as demandas da escola do campo com atenção aos vínculos proporcionados com uma instituição de ensino superior que oferece atividades acessíveis para estudantes do sistema público de ensino rompe com as potencialidades do diálogo entre os conhecimentos dos espaços e suas culturas.

Os valores transferidos diretamente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios pelo PNATE são feitos em dez parcelas anuais, no início de cada mês de fevereiro a novembro. O cálculo do montante de recursos financeiros destinados anualmente aos entes federados é baseado no censo escolar do ano anterior. A Resolução nº 05 de 08 de maio de 2020 estabelece os critérios e as formas de transferência de recursos financeiros desse Programa. Isto posto, os recursos são destinados aos alunos da educação básica pública residentes em áreas rurais que

utilizam transporte escolar, nada mais justo que proporcionar a estes educandos o acesso a formações que ultrapassem fronteiras epistemológicas e culturais, sobretudo geográficas, Como visitas a museus, parques e outros espaços culturais. Reconhecendo saberes que emergem desta relação.

### ***1.5.3 A nucleação realizada pelas prefeituras***

Os movimentos sociais e educacionais consolidaram conquistas no que correspondem ao não fechamento das escolas do campo, indígenas e quilombolas, tendo como apoio às ações que possibilitam a manutenção das escolas, distanciando das razões nas quais o poder público vê a necessidade do fechamento de escolas. Temos como uma das principais respostas das políticas públicas o artigo 28 da Lei nº 9.394/1996, que em seu parágrafo único determinar que:

O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar incluído pela Lei nº 12.960, de 2014. (BRASIL, 1996, art. 28).

A Lei 12.960/2014 ressalta a alteração da LDB de 1996 promovendo igualdade social no que diz respeito ao não fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas, priorizando o direito à educação e ensino. No que diz respeito à educação como direito, Libâneo (2005, p. 73) define educação como “uma série de ações visando a adaptação do comportamento dos indivíduos e grupos a determinadas exigências do contexto social”. Este contexto pode ser a família, a escola, a Igreja, a fábrica e outros segmentos sociais. A ação educadora seria, pois, a transmissão às crianças, aos jovens e adultos, de princípios, valores, costumes, ideias, normas sociais, regras de vida, às quais precisam ser adaptados e incorporados, ajustados. Educa-se para que os indivíduos repitam os comportamentos sociais esperados pelos adultos, de modo que se formem à imagem e semelhança da sociedade em que vivem e crescem.

De tal modo, permanecer na escola da comunidade é um direito assegurado em que:

Art. 28 Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional.

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.

(III - adequação à natureza do trabalho na zona rural). (BRASIL, 1996, art. 28).

Direção e coordenação, professores e demais funcionários, enfim, todos os envolvidos com os estudantes na escola estão atentos para aproveitar qualquer oportunidade no espaço escolar para promover a integração família e escola (SOUZA, 2019). Este envolvimento faz com que todos se sintam seguros e acolhidos pela instituição que ao estar inserida em uma comunidade também desloca as discussões da mesma para si e vice-versa, promovendo diálogos democráticos. No campo, durante os espaços culturais ou de festividades, o trabalho desenvolvido pela instituição, situa a comunidade na escola. Isso facilita uma busca por futuros estudantes. Não é que cada um tem a sua função, todos precisam caminhar juntos. É que todos precisam estar cientes do seu papel como agente facilitador do conhecimento. Diante o risco de fechamento das instituições do campo, a organização comunitária demonstra ser uma das principais atuantes no enfrentamento do poder público para que se cumpra os direitos de acesso à educação pelos estudantes do campo.

Em uma pesquisa realizada por Pereira (2017), nota-se uma diminuição de 69.906 mil escolas do campo no Brasil entre os anos de 1995 a 2014. O fechamento de escolas rurais e do campo acarretou um intenso processo de migração na busca por educação e trabalho. Por trás disso, há um discurso capitalista agrário e sinais que indicam estratégias para forçar tais migrações das famílias (CASSIN; BEZERRA, 2017).

A proposta do poder público gira em torno do processo de nucleação que visa transferir alunos das escolas rurais e do campo para as escolas urbanas pontuado por Santos e Garcia (2020) como negação e exclusão ao acesso e permanência dos sujeitos nas escolas. É uma política educacional brasileira que apoia o esvaziamento do campo deslegitimando a permanência dos estudantes nas escolas como proposto na Constituição Federal de 1988. Além disso, a política de nucleação escolar centra a educação apenas no meio urbano (RODRIGUES *et al.*, 2017).

Gonçalves (2010) destaca que a nucleação colabora para a distorção da realidade educacional dos alunos do campo. Estes perdem sua identidade cultural e territorial ao deslocar-se para estudar nas escolas urbanas tendo uma educação distante da sua vivência. A desterritorialização faz-se presente nesse processo, uma vez que os alunos precisam mudar para outras comunidades e se envolver em um território diferente daquele de sua origem. O que nos traz o Parecer CEB 23/2007, aprovado pelo Ministério da Educação, são os principais motivos alegados por aqueles favoráveis à nucleação: "baixa densidade populacional determinando a sala multisseriada e a unidocência; facilitação da coordenação pedagógica; racionalização da

gestão e dos serviços escolares e melhoria da qualidade da aprendizagem" (BRASIL, 2007, p. 6).

Knopf (2013, p. 65) afirma que “os sujeitos sociais do campo ao lutarem pela terra, demarcam que a luta por trabalho e por educação é indissociável da luta por transformação social”, ou seja, ao lutar pela terra, luta-se também por outros direitos. Neste contexto, o MST entende a questão da educação como quesito fundamental no processo da luta pela terra. Assim, “a questão educacional em um Movimento Social que luta por terra não surge apenas de suas particularidades, visto que ela emerge da luta dos trabalhadores que almejam a concretização do direito à educação básica para os seus filhos” (KNOPF, 2013 p. 58).

Diante disso, as escolas rurais podem ser vistas como um centro de cultura onde o conhecimento e a transformação dos indivíduos são desenvolvidos por meio do diálogo. Para uma compreensão maior da importância desse movimento de resistência, dos moradores dessas comunidades, buscamos compreender o conceito de cultura e o que ele representa aos seus membros. Apoiamo-nos em Freire (2008) quando fala sobre educação e transformação para fundamentar a perspectiva escolar que mede o processo formativo com a finalidade de construir consciência do sujeito a partir da sua condição e realidade:

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo “encha” de conteúdo, não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicamente compartimentada, mas nos homens de “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdo, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo. (FREIRE, 2008, p. 77).

Portanto, todo o processo educativo escolar prescinde de planejamento e investimentos públicos para assegurar uma formação que garanta os avanços necessários na visão de mundo do sujeito.

## CAPÍTULO II – PERCURSO METODOLÓGICO

Visando o melhor caminho para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, abordamos a metodologia de estudo de caso. Este método é definido por André (2008) como uma investigação da particularidade e da complexidade de um caso singular, levando a entender sua atividade dentro de importantes circunstâncias. Yin (2010) complementa que este método pode ter diferentes abordagens e formas de aplicação, além de ser adequado para determinados tipos de pesquisas. Como apresentado pelo referido autor, o Estudo de Caso deve ter um delineado inicial no referencial teórico para, então, pesquisar os fenômenos sociais em torno do que se pretende investigar. Neves (1996, p. 1) conclui dizendo que “dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação do objeto de estudo”.

Esta investigação partiu de uma pesquisa de cunho qualitativa. Este tipo de pesquisa, de acordo com Minayo (1994, p. 21), “se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado”, sem pretensão de ignorar os dados quantitativos, mas entendendo que estes não serão o foco para esta pesquisa. Oliveira (2010) aponta que a pesquisa qualitativa pode ser considerada como uma tentativa de se explicar em profundidade o significado e as características dos resultados das informações obtidas por meio de entrevistas ou questões abertas, sem a mensuração quantitativa de características ou comportamento. Ainda, segundo Oliveira (2003), as abordagens qualitativas facilitam descrever a complexidade de problemas e hipóteses, bem como analisar a interação entre variáveis, compreender e classificar determinados processos sociais, oferecer contribuições na formação de opiniões de determinados grupos e interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos.

O local de desenvolvimento da pesquisa foi a Comunidade do Paraíso, por meio do acompanhamento de reuniões da Associação Comunitária dos Moradores e entrevistas com professores do período de tentativa de fechamento da Escola, e também com pais de estudantes e agentes públicos envolvidos.

Segundo Gonçalves (2007), os documentos escolares são testemunhos da vida institucional, da cultura e memória da escola, devidamente permeados pelas particularidades da instituição que os forjou. Sendo assim, podemos analisar a importância dos documentos no resgate da memória da instituição em questão. Se a escola possui um acervo histórico fotográfico e também foram analisadas reportagens sobre a Escola Almiro Paraíso em jornais

escritos da região. Foi feita uma busca de informações em documentos, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação, nos quais se espera que as informações e o conhecimento gerado nesse estudo de caso tenham um valor em si mesmo, com significado próprio, mas, segundo André (2008, p.16) “não são as técnicas que definem o tipo de estudo, e sim o conhecimento que dele advém”.

Buscamos pela análise documental compreender as dimensões da associação e da escola com foco na questão da organização e resistências dos moradores para a manutenção da unidade escolar. Segundo Gonçalves (2007), a pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o assunto, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, é fonte primária.

Para o resgate das memórias da Escola Municipal Almiro Paraíso analisamos documentações tais como atas e relatórios escritos pela Associação Comunitária, jornais impressos, redes sociais, sites, documentos registrados na Câmara Municipal de Viçosa. Estes dados auxiliaram na construção da história local da comunidade escolar, a partir de suas vivências e experiências, enquanto sujeitos sociais.

Dessa forma, também realizamos um levantamento de documentos em forma de Leis, Decretos, Portarias e outros, lançados pelos governos que fazem referência à educação do campo, educação rural, nucleação de escolas, municipalização, transporte escolar e que venham contribuir com as análises do objeto desta pesquisa.

## 2.1 Técnicas de coleta de dados

Os procedimentos para a coleta de dados foram organizados da seguinte forma:

**A- Pesquisa Bibliográfica:** Levantamento de dados sobre autores que abordam a temática escolar, nucleação, organização comunitária e outros aspectos relevantes que envolvem as lutas sociais pelo direito à educação rural.

**B- Pesquisa Documental:** Pesquisamos em arquivos públicos tais como atas e relatórios escritos pela Associação Comunitária, jornais impressos, redes sociais, sites, documentos registrados na Câmara Municipal de Viçosa, que ajudaram a compor a análise sobre as tendências de fechamento das escolas do campo.

**C- Pesquisa de Campo:**

**1º momento:** Elaboramos roteiros de entrevistas para coleta junto aos membros da associação de moradores, pais e agentes públicos envolvidos no processo da tentativa de fechamento da escola. Esses roteiros contribuíram na complementação das informações a partir das memórias das vivências dos entrevistados que acompanharam o evento da tentativa de fechamento da escola.

**2º Momento:** Pesquisa em arquivos locais como prefeitura, associação dos moradores, Secretaria de Educação, registros fotográficos, registros em sites e outros documentos que ajudaram a compor o objeto pesquisado.

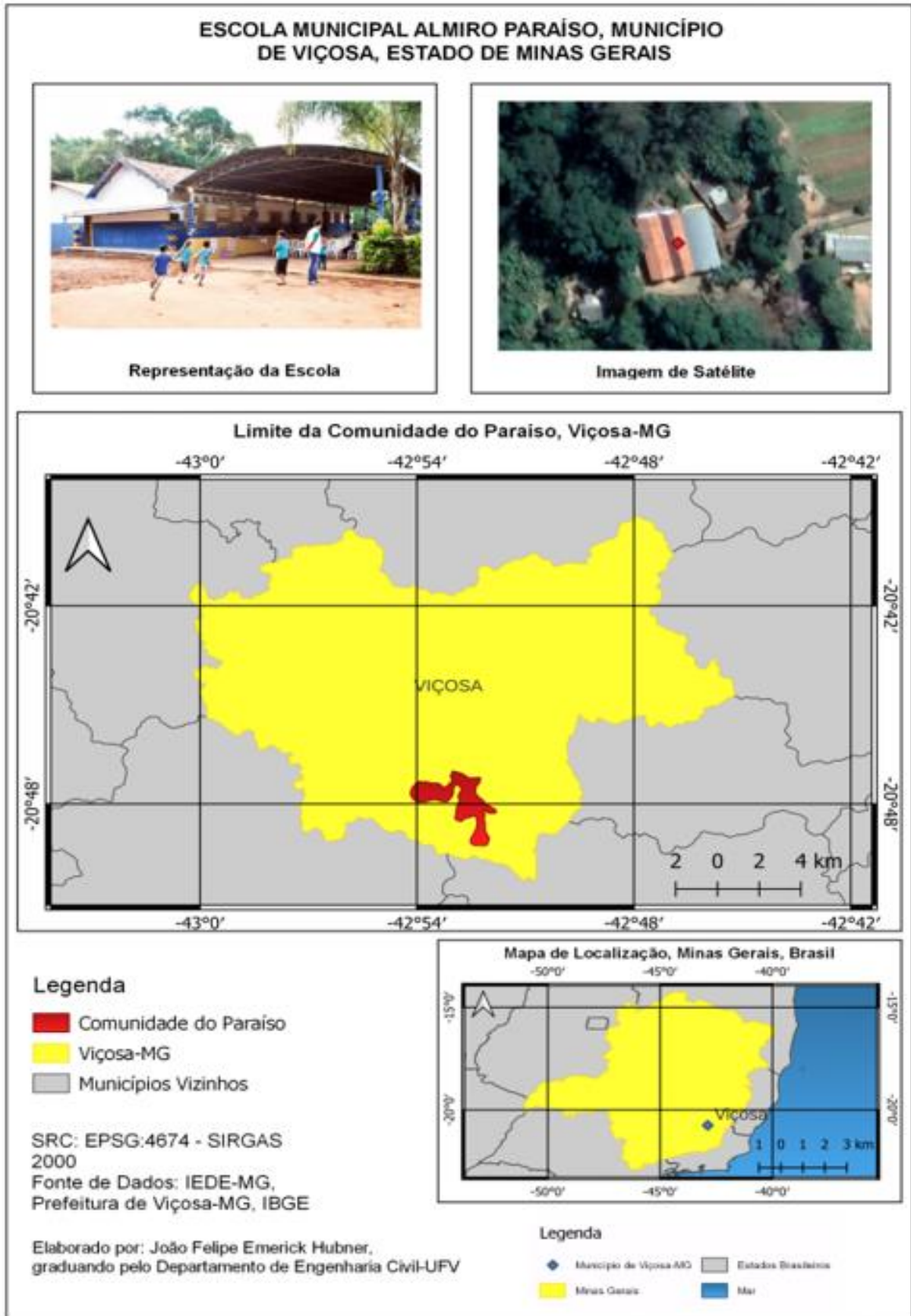
## 2.2 Comunidade do Paraíso

A comunidade do Paraíso (FIGURA 1), localizada na zona rural de Viçosa-MG, teve início a partir do desmembramento de antigas fazendas, em propriedades menores, sobretudo da Fazenda do Sr. Almiro Paraíso. A comunidade é dividida pela rodovia MG-280, que liga Viçosa a Paula Cândido, com casas que foram construídas às margens desta estrada.

Em 2017, completou 199 anos, segundo o informativo “A Voz do Paraíso” (Ano 2 , nº 1 março de 2016). A coleta de lixo é feita duas vezes por semana e o abastecimento de água ocorre por poço semiartesiano em algumas casas e em outras, as famílias utilizam a água do Ribeirão São Bartolomeu. O transporte público passa várias vezes por dia pelo bairro em horários pré-estabelecidos. Porém, a infraestrutura da comunidade ainda é precária, já que não tem Posto de Saúde, nem rede coletora de esgoto.

Por ser afastada do centro da cidade, é considerada zona rural, uma vez que a comunidade não passou pelo processo de urbanização. A região é marcada pela existência de sítios que abrigam pequenos produtores rurais que trabalham na agricultura de subsistência. Algumas famílias têm membros que atuam na Universidade Federal de Viçosa, contudo predomina o trabalho rural. Na comunidade há residências, uma escola de ensino fundamental, restaurante, Igreja, campo de futebol, viveiros de mudas, sítios para aluguel de temporada e bares. A comunidade, por meio da Associação de moradores denominada Associação Comunitária do Paraíso, tem atuado junto aos espaços locais por meio de festas, eventos e outras atividades, e nas esferas políticas junto a Câmara dos Vereadores da cidade de Viçosa.

Figura 1 – Comunidade do Paraíso



Fonte: Hubner, 2022.

Apesar de o centro urbano estar empurrando a cidade para a zona rural, a associação se mantém junto à Comunidade do Paraíso ainda como zona rural. Apesar da chegada de condomínios, novos loteamentos e a crescente especulação imobiliária na cidade de Viçosa, a área não foi urbanizada. Porém, é possível observar um tipo de política de investimento no campo que se expressa como “modernização”, ou seja, o uso extensivo de máquinas, insumos e implementos agrícolas produzidos pela indústria para a afirmação deste espaço como mediação de *commodities*. Com isso a grande propriedade vai se colocando como a representante legítima da modernidade do campo justificando-se a expulsão dos pequenos proprietários ou a sua transformação em terceirizados deste modelo.

Isso nos faz retornar às discussões acerca da escola tendo que “pensar em educação num contexto é pensar este contexto mesmo [...] com a compreensão que se tem da realidade social em que se está imerso” (ROMANELLI, 2003, p. 23).

### 2.3 A Escola Municipal Almiro Paraíso

A Escola Municipal Almiro Paraíso foi fundada pelo Governo Estadual, em 28 de janeiro de 1961 e municipalizada em 12 de fevereiro de 1998, de acordo com a Resolução nº 8.801/98, da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais – SEE/MG (FIGURA 2).

Figura 2 – Escola Municipal Almiro Paraíso



Fonte: Facebook da Associação Comunitária do Paraíso, 2022.

O horário das aulas é das 7h às 11h20 e das 13h às 16h20, atendendo crianças na faixa etária de 2 a 11 anos. A instituição atende crianças da comunidade e do seu entorno, Palmital, Vila Novo Paraíso, Córrego do Engenho, Rua Nova e Romão dos Reis. O ensino da escola segue o plano curricular pré-estabelecido pelo Governo Federal. Está situada na Zona Rural, MG 280, km 07- Paraíso, Viçosa - Minas Gerais.

No início de 2016, a escola necessitava de reformas em suas instalações, porém, não tinha nenhum apoio governamental para custeá-las. Então, o Rotary Club de Viçosa - Cidade Universitária assumiu esse compromisso. A escola foi ampliada ganhando mais duas salas de aula, biblioteca, sala de professores, reforma dos banheiros, refeitório e quadra poliesportiva (FIGURA 3).

Figura 3 – Reforma da Escola no ano de 2016



Fonte: Facebook da Associação Comunitária do Paraíso, 2022.

Em 2017, estavam matriculados na escola 81 estudantes, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Relação aluno série/Ano da Escola Almiro Paraíso, no ano de 2017

Série/Ano	N. de alunos
Creche	19
Pré-escola	11
1ºAno Fundamental I	6
2º Ano Fundamental I	9
3º Ano Fundamental I	15
4º Ano Fundamental I	8
5º Ano Fundamental I	13
Total	81

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Contendo um número reduzido de alunos nas turmas houve uma movimentação sobre a possibilidade de transferência das turmas do 1º, 2º e 4º ano para outra escola, podendo a escola perder na época 23 estudantes.

Atualmente, a partir dos dados de 2020 do Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico - PPP da escola conta com 108 estudantes. A escola oferece Creche, Pré-escola e Ensino Fundamental I. A escola também atende em tempo integral, à tarde funciona com a creche e as atividades do Programa Novo Mais Educação. As crianças que frequentam a escola no turno da tarde desenvolvem atividades ligadas às artes, cultura, esporte e lazer considerados como complemento pedagógico de Português e Matemática com oito horas semanais e atividades complementares de artesanato, pintura e leitura com sete horas semanais.

### 2.3.1 Contextualizando o transporte escolar na Escola Municipal Almiro Paraíso

A Prefeitura Municipal de Viçosa (PMV) disponibiliza dois micro-ônibus escolares para atender as crianças de toda área rural do Paraíso e bairros vizinhos, como Romão dos Reis, Rua Nova, Palmital, Marreco e Córrego do Engenho. Os dois micro-ônibus que atendem as crianças da escola encontram-se em bom estado de conservação, todas as crianças utilizam o cinto de segurança e todos os micro-ônibus possuem dois monitores cada. No transporte há acessibilidade, com adaptação para cadeirantes, contendo uma cadeira de rodas (FIGURA 4). Existem duas rotas escolares para a escola Almiro Paraíso. Todos os Micro-ônibus têm sua própria rota. Um trafega pela rodovia principal asfaltada, e o outro faz as rotas pelas estradas

vicinais. O mesmo não faz o transporte das crianças em época de chuva devido à precariedade das estradas rurais, dificultando, assim, a chegada à escola das crianças que não possuem meio de locomoção próprio. O transporte escolar faz essa rota duas vezes ao dia, como a escola funciona em tempo integral chegam à escola com as crianças às 07:00 horas da manhã e retornam para buscá-las às 16:00 horas da tarde.

Figura 4 – Transporte escolar disponibilizado pela PMV



Fonte: Arquivo pessoal.

Na escola estudam algumas crianças do centro e bairros da zona urbana, porém os pais são os responsáveis pelo transporte dos mesmos. O transporte escolar é um direito do estudante e da família, porém é importante e necessário observar algumas regras orientadas pela Secretaria Municipal de Educação e da Prefeitura Municipal de Viçosa. A principal regra para o transporte escolar é a política de zoneamento. A Prefeitura, portanto, não oferece transporte escolar para uma criança ir para escola do Paraíso se existe uma escola com uma vaga para ela no seu bairro próximo a sua casa.

A partir do ano de 2022 em que a sede da escola Municipal Almiro Paraíso iniciou obras de reforma, e as crianças foram realocadas para a fazenda Antuérpia Mineira que fica aproximadamente a 6 km da sede da escola. Das 108 crianças matriculadas na escola 100 utilizam o transporte escolar, ou seja, 93% dos alunos necessitam do transporte escolar.

No entanto, a Escola Almiro Paraíso passou por ausências no que tange o transporte escolar. Solicitações do mesmo para visitas técnicas realizadas pelas crianças foram negadas pelo poder público como, por exemplo, a ida ao Estábulo, Suinocultura e Aviário, bem como o Espaço Multiuso da Universidade Federal de Viçosa, em 15 de maio de 2015, ou ao Museu Histórico e à Pinacoteca da mesma instituição, em 20 de maio de 2015, respectivamente com justificativas empregadas ao Projeto Rotary na escola (sanitarista mirim) e a 13ª Semana dos Museus, segundo os requerimentos à Secretaria Municipal de Educação realizados pelas diretoras no período supracitada. O transporte ser negado aos estudantes nos auxilia ao questionamento sobre os modos como o poder público atua na manutenção e mesmo no fechamento das instituições de ensino.

## 2.4 A Associação Comunitária do Paraíso

A Associação Comunitária foi fundada em 2012, tendo atualmente como presidente, Gilmar Cardoso, ex-estudante da Escola Municipal Almiro Paraíso. A Associação criou, em 22 de junho de 2015, o informativo “A Voz do Paraíso”, onde, juntamente com a comunidade, divulga informações e comunicados para todos (FIGURA 5).

Figura 5 – Informativo *A voz do Paraíso*

**A VOZ DO PARAÍSO**

Ano 4, nº 3, 2018, Paraíso, Zona Rural de Viçosa - MG. Informativo trimestral da Associação Comunitária do Paraíso. Gratuito.  
Associação Comunitária do Paraíso desde 2012.  
Paraíso 200 anos.

**Evento**  
**Dia de doar**

O Dia de doar é uma grande campanha para promover a cultura de doação no Brasil e no mundo. É um movimento nacional que promove um país mais generoso e solidário, em especial para com as organizações da sociedade civil.

No dia 9 de dezembro, a Associação do Paraíso realizou o seu Dia de Doar, na EM Almiro Paraíso, com apresentação de seus projetos, salas de troca, doações, música ao vivo e barraca com delícias.

Agradecemos a participação da Enac-

tus, dos músicos Kamila e Ravi, dos professores de forró Robson Carvalho e Gabriella Emiliano e a todos os voluntários que ajudaram a realizar mais este evento. É, a todos que doaram. Um agradecimento especial aos moradores do Acamarí.

Todo dia é dia de doar. Mas uma vez por ano é dia de celebrar a doação. Quem tem coração doa, quem doa transforma. Esse é o #diadedoar!

A Associação do Paraíso continua recebendo doações durante o ano. Veja como no site: [www.associacaodoparaíso.com.br](http://www.associacaodoparaíso.com.br)

**Educação**  
**Paraíso: Educação de adultos continua em 2019**

Em novembro de 2017, ocorreu o I Fórum Municipal de Educação no Campo. Durante o evento, realizado na EM Almiro Paraíso, foi redigido um manifesto sobre as escolas do campo em Viçosa. Uma das metas propostas foi a abertura de estudos, ou voltar a estudar. Em poucas semanas, o cadastro já contabilizava 30 inscritos. Em parceria com a Secretaria de Educação, e contando com a colaboração da Câmara Municipal, foi aberta uma primeira turma de letramento. É um sucesso. O ideal, portanto, seria que a EM Almiro Paraíso abrigasse um Centro Estadual de Educação Continuada (CESEC) ou um programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Muitos dos interessados trabalham durante o dia. Estudar perto to, a Associação Comunitária do Paraíso participou de reunião com o Conselho Municipal de Educação e informamos ao conselho sobre esta demanda. O presidente do conselho mostrou-se favorável ao crescimento do programa de letramento e a abertura da Escola

**Associação do Paraíso Eleições 2019**

Em 2019 é ano de eleição na Associação Comunitária do Paraíso. A atual

Elza Helena, aluna do programa de letramento recebe certificado de mérito das mãos da Secretária de Educação Ana Monteiro, no Dia de Doar.

Fonte: Arquivo pessoal.

Além disso, a Associação Comunitária do Paraíso (FIGURA 6) promove mutirões, eventos, campanhas e cursos em benefício da população, não só da comunidade, mas abertas a todos os moradores de Viçosa. Por muito tempo houve a presença de um representante da Associação Comunitária do Paraíso nas reuniões em defesa da continuidade da escola na zona rural, seja na Câmara Municipal de Viçosa ou na própria instituição. Diante do exposto, percebemos que o movimento de resistência e a Associação Comunitária travam uma luta em defesa da escola há anos a fim de garantir o seu funcionamento para atender a comunidade. Ressalta-se que a principal motivação em investigar esta temática associa-se ao entendimento sobre as razões do ente público, ou seja, do município e da comunidade, se há sentido nesta resistência como ter escola próxima da casa, garantir um patrimônio da comunidade como espaço de unidade, encontro e organização, dentre outros.

Figura 6 – Associação Comunitária do Paraíso



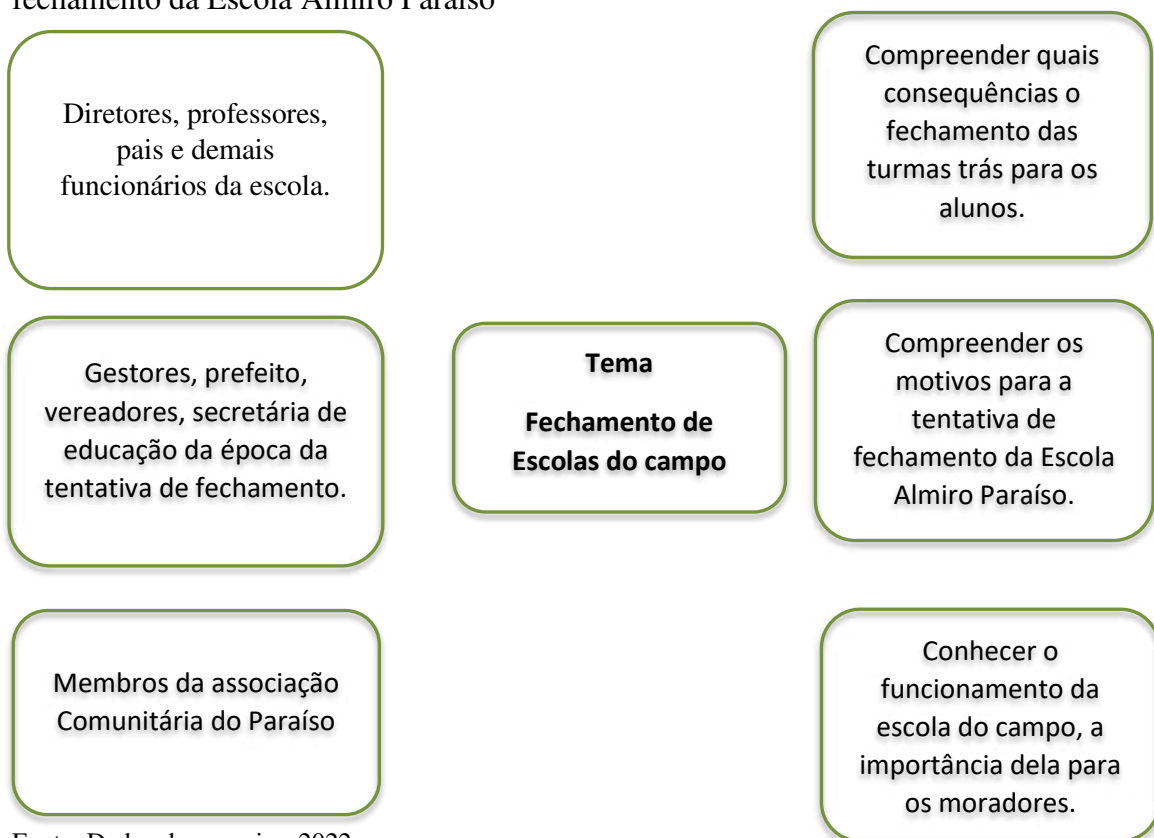
Fonte: Facebook da Associação Comunitária do Paraíso, 2022.

Buscando compreender a existência de movimentos de resistência na Comunidade do Paraíso em prol dos seus interesses sócio – educacionais, esta pesquisa trouxe a problemática que segue na forma das seguintes questões: Como está sendo alcançado o direito de acesso à educação no campo garantida pela lei nº 12.960, de 2014? Quais os desafios e lutas travadas para manter a educação das crianças em sua comunidade? Como foram/são organizadas e

desenvolvidas as articulações dos moradores da Comunidade do Paraíso em prol da manutenção do funcionamento da escola rural local?

Ao traçar tais problemáticas e questionamentos que perpassam pela possibilidade de fechamento da Escola Municipal Almiro Paraíso, tornou-se relevante destacar o conjunto de sujeitos presentes nesse contexto. Além disso, como apresentado na Figura 7, estes sujeitos estão ligados indiretamente ou diretamente à instituição presente na comunidade, por isso a compreensão e conhecimento das decisões são explícitas a estes sujeitos.

Figura 7 – Síntese sobre os atores envolvidos e objetivos deste estudo na tentativa de fechamento da Escola Almiro Paraíso



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Tendo em vista as consequências da tentativa de fechamento da Escola Almiro Paraíso na comunidade escolar e na organização comunitária, os participantes selecionados para as entrevistas foram: os pais dos alunos das turmas que foram transferidas para cidade que puderam atestar que as turmas realmente foram deslocadas, e relatar quais as mudanças e os transtornos que a transferência das turmas trouxe para as famílias e para os alunos; membros da Associação Comunitária do Paraíso que estiveram à frente de todo processo de resistência desde a transferência das turmas da escola do campo para as escolas da cidade, que relataram a

importância da escola para a comunidade, a necessidade de manutenção da escola do campo para a comunidade; as Secretarias Municipais de Educação responsáveis pelas questões administrativas relacionadas ao ensino, à gestão de recursos financeiros, aos professores, ao transporte, dentre outros; além de vereadores que se uniram à resistência da comunidade; e o prefeito à época Ângelo Chequer, que acompanhou todo o processo. O objetivo dos selecionados às entrevistas foi buscar compreender quais as justificativas para o fechamento de uma Escola Almiro Paraíso.

Assim, optou-se por utilizar um roteiro semiestruturado para o qual foram elaboradas questões gerais para todos os entrevistados e questões específicas de acordo com categorias estabelecidas previamente. que conduziram os diálogos diante daquilo que se esperou alcançar nas entrevistas, sobretudo problematizando a importância e a necessidade da escola do campo para a comunidade, e o impacto diante de um possível fechamento da mesma. O roteiro deu flexibilidade à entrevista permitindo ao entrevistado liberdade para responder as questões que lembraram e para fazer colocações que julgarem pertinentes ao tema.

Com visitas técnicas à escola foi possível conhecer o funcionamento da instituição de ensino e o envolvimento da comunidade com sua organização, bem como sua relação com a Associação Comunitária do Paraíso. O convívio com estes sujeitos interligou contatos necessários para a seleção dos participantes. Assim, via o aplicativo de Whatsapp foi possível explicar brevemente a pesquisa e encaminhar uma apresentação do tema para que os participantes tivessem ciência do que se tratava a pesquisa. Posteriormente, após confirmada a disponibilidade para participar fez-se um novo contato para agendar data, hora e local da entrevista.

Antes da entrevista foi entregue a cada participante, um Termo de Livre Esclarecimento, com informações e esclarecimentos quanto à participação, mediante este termo, participante e pesquisador assumem mutuamente um compromisso ético. Como os sujeitos trabalhavam o dia todo sempre que possível marcava-se as entrevistas no período da noite, no horário disponível para os entrevistados e posteriormente, deslocava-se para o perímetro rural para realização das entrevistas.

O Quadro 2 apresenta os grupos entrevistados, os convites realizados e os convites aceitos.

Quadro 2 – Lista dos convites distribuídos e aceitos

<b>Grupos</b>	<b>Convites enviados</b>	<b>Convites aceitos</b>	<b>Codinome</b>
Membro da ACP	4	4	Membro 1, 2, 3, 4
Secretaria da Educação	4	2	Secretária 1, 2
Gestora da Escola Almiro Paraíso e da Escola Edmundo Lins Urbana de Viçosa	4	0	Gestora 1, 2, 3, 4
Pais de alunos	6	5	Pais 1, 2, 3, 4, 5
Ex-Prefeito	1	1	Ex-prefeito
Vereadores	5	3	Vereador 1, 2, 3
Supervisora	1	1	Supervisora

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Além dos dados já demonstrados no Quadro 2, vale ressaltar que durante o percurso tivemos alguns problemas de pesquisa como a recusa de uma vereadora em participar da entrevista e a falta de retorno de um vereador, a negativa de uma gestora que não se dispôs a responder a entrevista pessoalmente e não retornou o roteiro que lhe foi enviado via aplicativo do Whatsapp, a pedido da mesma. Outras três gestoras que não responderam ao contato feito previamente. Uma mãe que também não retornou o contato depois de já ter aceitado participar da entrevista. A falta de documentos ao longo da pesquisa trouxe diversos problemas no campo das informações. Foram situações de ausência de ofícios e atas que não foram encontrados na secretaria Municipal de educação, e no Rotary Club Cidade Universitária. Alguns documentos podem ter se perdido durante a mudança da sede da escola devido a reforma atual. Conseguimos contornar algumas dessas ausências por meio das entrevistas.

## CAPÍTULO III – RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 3.1 A história de uma luta pela disputa da escola e do direito de estudar: o poder hegemônico

Esse item foi escrito a partir de análise de documentos e de entrevistas com o objetivo de compreender o fechamento a partir da perspectiva dos diversos atores políticos envolvidos – o poder público municipal representado pela secretaria municipal, a sociedade civil representada pelos vereadores. O foco da análise foi a interpretação que cada grupo de atores deu para a proposta de fechamento da escola.

No início do período letivo do ano de 2013, moradores do Paraíso foram comunicados pela secretária de educação da época, Gláucia d’Antonino, através de reunião realizada na Escola Municipal Almiro Paraíso com a presença de todos os sujeitos educadores, comunidade e prefeitura que a E. M. Almiro Paraíso seria fechada por falta de alunos e pelos problemas estruturais da escola. Segundo a Ata nº 5 de 2013, depois de muitos impasses de ordem pedagógica e também de ordem burocrática, a secretária explicou que para continuidade da escola as turmas teriam que funcionar de maneira multisseriada, fato que não agradou aos pais e a comunidade presente.

Os presentes na reunião levantaram como questionamento a lei de zoneamento onde há um perímetro obrigatório para matrícula das crianças no limite da lei, prevista pela Lei nº 11.700, de 13 de junho de 2008, e atualmente parte da Lei Orgânica do município de Viçosa, acrescida à Lei 2727/2018. A secretária de Educação explicou que mesmo sabendo que essa lei nacional existe, não poderia fazer nada, pois havia uma pressão por parte do governo do estado que exige um número mínimo de estudantes matriculados por sala.

Ao contrário do que afirmou a secretária de Educação, o respaldo da Lei nº 12.960/2014 confere as bases burocráticas para o fechamento ou manutenção de escolas do campo, indígenas e quilombolas, com vistas nas afetações para a comunidade, cabe ao poder público municipal a atuação em defesa dos interesses da comunidade, o que mais a frente vemos como contraditório entre a argumentação do “não poder fazer nada”, o descumprimento com a lei de zoneamento, a negação de atendimento às demandas da escola e a busca por soluções que resultam em mais fechamentos do que a tentativa de manter a escola em funcionamento.

A questão do transporte escolar também foi levantada durante a reunião, para algumas pessoas ele é um motivador da evasão. A secretária de Educação explicou que a problemática

de falta de alunos é comum nas escolas rurais e que a mesma não concorda com a metodologia das escolas rurais que dificultam o ensino aprendizagem da relação professor-aluno. Questionada pela comunidade se as escolas urbanas teriam condição de abarcar os alunos da zona rural, a secretária de Educação respondeu que a relação dos educandos da zona urbana é a mesma.

No entanto, ela informou que a escola funcionaria sem formato multisseriado até o mês de julho daquele ano, uma vez que esta seria uma forma de utilizar do tempo despendido para o aumento do número de estudantes, mantendo uma postura contrária às salas multisseriadas, em contraposição às informações iniciais. Vereadores do município se posicionaram em prontidão para a pressão política para a manutenção da instituição de ensino. O vereador 1, em entrevista, afirmou que as demandas que chegam até a ele e os demais vereadores eram verificadas, para que, posteriormente, fossem pensadas e efetivadas as ações cabíveis. O mesmo quando o assunto de discussão sobre o fechamento de instituições de ensino do campo chegou até ele, mobilizou ações individuais e conjuntas.

Mesmo que de forma precária a minha visão é que **houve um abraçar**. Tanto é que **o problema são as leis maiores**, isso é dentro das minhas recordações. As leis maiores que pelo contacto quantitativo de aluno não tem como seria as séries Só pode ter tantos profissionais e com isso obrigatoriamente tem que reunir os alunos de mais de uma série no mesmo ambiente e isso acontece porque mesmo havendo um quantitativo que poderia elevar esse status da escola não a mobilização da comunidade e aí quando você vira uma cutuca porque enquanto pai de aluno isso já foi colocado na pauta, né? O número de alunos para o devido funcionamento mais qualificado da escola, vamos dizer e isso não acontece porque a escola tem uma estrutura precária, então não está tendo um pertencimento por parte das pessoas, vamos dizer esse era o problema. E aí um ponto que eu acho relevante ressaltar que pode não ter tido uma política pública a minha opinião, ressaltar na minha opinião. Uma política pública no papel, mas houve um abraçar, né? Tipo o Rotary foi lá, fez uma ou o Lions aí que a gente sabe uma dessas entidades? De fazer uma reforma, uma melhoria, uma ampliação do parquinho e tal. Então assim Tanto é que não se efetivou, acho que pelo contrário houve um avanço nesses nesse sentido e num curto prazo a gente até nem percebe tanto mas no médium já se vê até hoje em dia dentro de reequipar o aparelho embora tardiamente vamos dizer escola agora está numa reforma, né? Que vai dar a ela um visual que de repente alguns cobrem para matricular o seu filho lá. Mas eu acho que Ah teve uma efetividade que é os nossos olhos principalmente a população pode não ter ficado tão a contento mas se a gente for analisar não fechou, pelo contrário né? E aí falando com o outro pai o que eu percebo hoje é que houve até um movimento há realmente um movimento de pais do centro que querem trazer os filhos de pais da Viroleira canelas que já trazem os filhos o meu caso eu mudei para a região aqui do Paraíso para levar meus filhos para a escola. (Vereador 1, grifo nosso).

Neste trecho destaco que o vereador 1 reconhece o envolvimento da comunidade e outras organizações para o não fechamento da escola como do Rotary e dos Lions, o que ele denomina um **abraçar** da causa, sobretudo no âmbito estrutural como possibilidade atrativa de estudantes, algo que se mostrou positivo. As lutas pela manutenção da escola são garantidas pela permanência das condições de ensino e aprendizagem, uma vez que acionar o poder público os pais e a associação comunitária junto à comunidade e os estudantes e demais funcionários da escola são os principais afetados no desmonte da educação no campo. Tal proposta é prevista pelo artigo 5º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que estabelece que:

[...] acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (BRASIL, 1996, art. 5).


O vereador 1 ainda pontua sobre as problemáticas visualizadas por ele nas chamadas leis maiores, colocadas pelos municípios como impedimento para a manutenção da escola no campo. A compreensão sobre as leis maiores se direciona à Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Constituição Federal de 1988 que determinam os aspectos para uma educação a quantidade de estudantes, mas que também encontram no quantitativo o número máximo de estudantes por sala que torna-se medida para que se cumpra o dever do Estado com a educação segundo o artigo 4º cujo inciso IX consolida a necessidade de:

Padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados. (BRASIL, 1996, art. 4).


Porém, nem os padrões mínimos eram atendidos pelo poder público. Havia uma imposição da adoção de turmas multisseriadas, o que tornaria precário o ensino e não atenderia as necessidades de cada estudante, conforme proposto pela lei supracitada. Além disso, verificamos uma série de solicitações de obras de infraestrutura, móveis e equipamentos que auxiliam no funcionamento da instituição, com alguns desses requerimentos foram atendidos pelo poder público e para outros visualizamos um acúmulo de solicitações, sobretudo, quanto às demandas de infraestrutura entre os anos de 2013 e 2020. Apenas sendo atendidas em 2021

com a reforma da instituição concedida pela Secretaria de Estado do Governo (SEGOV) a partir do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal (PPAG), uma ação do vereador 2, a diretora da instituição escolar, além de ser liderança com o apoio de um deputado estadual, conforme demonstra a Figura 8.

Figura 8 – Solicitação do deputado estadual para a reforma da Escola



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA  
DE MINAS GERAIS**



**ROBERTO ANDRADE**  
Deputado Estadual

---

**OF/GRA/422/2021** Belo Horizonte, 21 de julho de 2021.

Senhor Prefeito,


Atendendo pedido da Diretora Margarida Salgado, do Vereador Marcão e das lideranças Denílson Inácio, Geraldo Ferreira e Carlos Antônio Ferreira, informo a V.Exa. que indiquei Emenda Parlamentar 2021 (EIS) para esse município por meio de celebração de convênio, conforme abaixo.

- Objeto: reforma da Escola Municipal Almiro Paraíso
- Ação PPAG 2007 – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal
- **Nº INDICA 9272**
- Valor: R\$250.900,00
- Concedente: Secretaria de Estado de Governo – SEGOV

Na oportunidade, encaminho anexo orientações sobre as providências que deverão ser adotadas por esse município visando a celebração do convênio.

Registramos que para assegurar a celebração do convênio e a liberação dos recursos a situação do município no CAGEC deverá permanecer com status **“Regular”** e a documentação protocolada no Sistema de Gestão de Convênios, Portarias e Contratos do Estado de Minas Gera – SIGCON-Saída **impreterivelmente até o dia 11/08/2021.**

Atenciosamente,



**Roberto Andrade**  
Deputado Estadual

Exmo. Sr.  
Prefeito Raimundo Nonato Cardoso  
Viçosa – MG  
**C.c. Diretora Margarida Maria Salgado Stanciola, Vereador Marco Antônio Evangelista “Marcão” e apoiadores Denílson Inácio, Geraldo Ferreira e Carlos Antônio Ferreira**

A partir dos documentos observamos que a sociedade civil através de um vereador se prontificou a ter atenção às demandas da comunidade e a causa da escola. Destacamos que uma das principais vias para o desenvolvimento da escola, segundo os pais de estudantes e membros da Associação seria o comprometimento do poder público com a infraestrutura da escola. A escola não foi fechada, mas as tramitações a cada ano são intensificadas desde 2013.

As entrevistas com os sujeitos envolvidos na escola demonstram descontentamento, tanto da comunidade escolar e em parte do poder público, caracterizando o fechamento da escola como retrocesso. A secretária da educação 1 da cidade de Viçosa considera que deve-se considerar:

As outras zonas rurais que são que ela atende e a proximidade da escola da casa das crianças, o fato da escola atender a comunidade rural ela consegue receber projetos que atendam essas famílias rurais para continuarem no campo. [...] É um retrocesso isso que as crianças do campo [...] vieram estudar na cidade elas tem que levantar mais cedo elas vão tomar um café da manhã mais cedo elas são as primeiras a chegarem na escola e as últimas a serem entregues nas casas dela. (Secretária de educação 1).

Ou seja, as desvantagens do fechamento da escola eram visualizadas pelo poder público, sobretudo com maiores transtornos e problemáticas que afetam a organização da comunidade, bem como os estudantes quanto ao desgaste físico das crianças e o distanciamento da atenção às suas necessidades. Ao mesmo passo, visualizamos uma inclinação à demanda do transporte público dentro da própria comunidade para acesso à educação na Escola Almiro Paraíso e, como se torna ainda maior para manutenção destes estudantes nas instituições de ensino em caso de transferências para as escolas urbanas.

Ademais, outras ações em busca da solução da tramitação entre o fechamento da instituição e sua manutenção, mobilizaram a direção e os professores da escola que criaram um modelo para atender os alunos em salas multisseriadas<sup>1</sup>, já que a mesma poderia ocorrer com prejuízos aos estudantes se não pensada nas necessidades de seu público. Esta proposta foi apresentada para a comunidade e para a Secretaria Municipal de Educação no dia 26 de fevereiro de 2017, por meio de reunião na Escola Municipal Almiro Paraíso, com a presença da Associação Comunitária do Paraíso, entregue por uma professora, que exerce sua profissão

---

1 As classes multisseriadas são salas com alunos de diferentes idades e níveis educacionais nas quais estão cerca de 60% dos estudantes do campo. Segundo o Censo Escolar 2009, existem 96,6 mil turmas do Ensino Fundamental nessa situação em todo o País. “Hoje na escola trabalha com multietária (proximidade de idades)”, disse Rogéria Santos (2013) a Secretária de Educação de Viçosa.

na escola há mais de dez anos. A Secretária de Educação não foi favorável à proposta. Desde então, a tramitação entre a manutenção e o fechamento da instituição se faz presente, os anos deram continuidade ao impasse.

O vereador 2 considera o fechamento das escolas do campo como um projeto. Segundo ele:

[...] é um projeto maior de desvalorização e desmotivação de permanência no campo. Eu acho que infelizmente nós chegamos num estágio de país e do capitalismo onde as pessoas querem impor que a vida é na cidade. É no meio urbano. E isso não pode ser no meu ponto de vista uma imposição. Enquanto for uma escolha, uma pessoa escolher ou não morar no campo ou na cidade, isso é tranquilo. Agora, como que esse projeto de imposição vem? Tirando direitos fundamentais das pessoas que moram na roça é uma imposição porque você acaba estruturalmente não possibilitando que aquelas pessoas fiquem ali. E aí tem duas coisas que são básicas das básicas das básicas do ser humano. Que é educação e saúde. Então se você não tem oferta de educação na roça, se a saúde não chega, aquelas pessoas vão achar que aquele não é um bom lugar pra você morar. Então pra mim o projeto de fechamento de escolas do campo em Viçosa especificamente ele cumpre parte dessa estrutura de levar de forma quase que obrigatória ou manipulada as pessoas a irem morar na na cidade e é isso. Então ou se não vai estudar aqui mais, nós não vamos ofertar a escola. Mas por exemplo nós vamos pegar um ônibus pra te pegar aqui e te levar pra uma escola do centro? Então é e aí a escola foi o espaço somente de uma mera educação formal e estrutural. Como se não tivesse todo um contexto social, um contexto de ambiente, uma questão de currículo, de grade, do que a escola do camping que a escola da cidade. É sentimento de pertencimento que muitas vezes a gente tem no campo bem forte e que bom que tenha, mas aí se desconsidera tudo isso pra fazer com que um direito fundamental não seja ofertado mais onde a pessoa mora. (Vereador 2).

A percepção do êxodo rural como projeto reflete a tentativa de apagamento de culturas, epistemologias e a organização da comunidade em defesa de seu espaço e seus saberes na sociedade. Há uma hiper valorização dos espaços urbanos como únicos mantenedores do que seja padronizado e aceito pela sociedade, o que afasta disso, como campos, quilombos e territórios indígenas é considerado inferior. Na fala do vereador 3, ele demonstra que quanto menor atendimento às comunidades do campo, maior será a percepção da comunidade sobre os espaços urbanos como local de acesso a oportunidades até então negadas. No entanto, o vereador 2 chama a atenção para como a questão do acesso à educação no campo por cada gestor municipal.

[...] a maneira de você proceder isso aí eu acho que vai das decisões políticas de cada gestor e de cada gestora. Naquela época a prefeitura eu posso te garantir que ela estava bem determinada a fechar a escola. E aí primeiro com o argumento de fechar algumas turmas. Mas isso seguiria o script de todas as

outras escolas que foram fechadas. Você vai fechando turma, fechando turma, você fecha a escola. Mas então assim na canetada eles podiam ter feito. Só que aí houve uma pressão popular, uma mobilização que não deixou que isso acontecesse mas é o não deixou o quê? Político não é um não deixou jurídico, é um não deixou político através de mobilização e de mostrar que as pessoas ali estavam empenhadas que a escola continuasse aberta. (Vereador 2).

A partir da fala do vereador 2 compreendemos o fechamento de turmas como é o início do processo de fechamento de uma escola. Nesse momento, podemos observar o quão é importante a mobilização da comunidade em defesa da escola. Ou seja, a resistência da luta de uma comunidade pode ser decisiva para a manutenção ou fechamento de uma instituição de ensino. Voltando-se às características percebidas pelo vereador 3 em relação a comunidade e sua adesão a luta da comunidade, ele afirma que:

[...] via um acolhimento maior em quem estava ali pela causa, entendia a necessidade da causa e o acolhimento menor de quem ocupava algum cargo de comissão ou de nomeação e que via antes do problema fechar a escola vir ao seu lado não poder bater de frente com a prefeitura. E eu digo mais, isso era muito nítido também na Câmara Municipal de vereadores. Porque quando você me convida pra participar do seu trabalho você fala: “Ah! Você se envolveu nesse episódio”. Muito mas eu me envolvi porque eu atendi um chamado da comunidade que não foi feito só a mim esse chamado da comunidade foi feito aos quinze vereadores da época e por que que vários não se envolveram? Porque eram vereadores da base do prefeito. Então eles não queriam saber se as crianças seriam ou não prejudicadas. Se a educação perderia ou não. Se a comunidade estava certa estava errada. Era uma reivindicação contra o prefeito, eles preferiam manter uma distância pra não ter complicações políticas depois [...] como sou professor com tudo isso, acompanhei os movimentos sociais de educação, eu fui pra defender o que eu acreditava. (Vereador 2).

O vereador 2 demonstra que suas ações junto ao movimento partiram de sua ligação com a educação enquanto professor e do impulso da comunidade em estar nos ambientes políticos e levarem sua defesa ao conhecimento dos representantes na Câmara Municipal de Viçosa e da população viçosense. Tendo em vista que em muitas comunidades a escola é muito mais que um veículo de ensino, sendo importante não só por estar na comunidade e por questões geográficas. Ela é importante e necessária por ser um centro de cultura, na perspectiva que compreende Assumpção (2005):

A escola participativa, integrada à comunidade escolar com eventos e reuniões voltada às questões de interesse dos alunos e dos outros segmentos envolvidos, através de convites atrativos, a escola deve encontrar meios para “contar” com o apoio da comunidade e principalmente dos “pais”. É importante que haja um relacionamento amigável entre professores, alunos e família, e que a escola seja voltada para a vida em sociedade. (ASSUMPCÃO, 2005. p. 92).

Diante do que foi exposto, houve algumas estratégias como a falta de manutenção e reforma na estrutura da escola, a transferência das turmas da escola do campo para as escolas da cidade retirando mais alunos da escola. Essas estratégias foram instituídas a partir do período de fevereiro de 2013 para fechar a Escola Municipal Almiro Paraíso. Tais dados foram fornecidos a partir da pesquisa de monografia de Santos (2017) realizada na Universidade Federal de Viçosa, intitulada como “Estratégias não explícitas de fechamento da Escola Municipal Almiro Paraíso – Viçosa-MG”.

### ***3.2 Estratégias de resistência da comunidade contra o fechamento***

Para compreendermos os processos de resistências da comunidade foram ouvidos atores tais como a gestora da escola e membros da associação de bairro.

Para a presente pesquisa buscou-se entender também as alternativas buscadas pela associação de moradores no sentido de suprir a ausência de políticas municipais pelo voluntariado. Alguns profissionais de áreas artísticas e culturais de capoeira, dança e circo se deslocam para atuar de forma livre na escola. Esses profissionais, antes da pandemia de covid-19, deslocavam-se duas vezes na semana à escola sem qualquer ajuda de custo. Esse tipo de recurso foi sustentado pela Associação Comunitária do Paraíso, oriundo de eventos beneficentes organizados pela associação. Os recursos são muito limitados para custear os voluntários e manter todas as aulas especializadas no turno da noite por professores voluntários. Dessa forma, algumas atividades tiveram que ser suspensas, como as aulas de dança e de violão. Com a Pandemia de covid-19 os eventos organizados tiveram que ser suspensos e a associação também deixou de obter recursos e agora estão em busca de estudantes que almejam fazer estágios para que as aulas voltem a acontecer como anteriormente.

O presidente da Associação Comunitária, Sr. Gilmar Mendes, relatou que a busca por estagiários pode ser uma solução temporária uma vez que, a Prefeitura, não dispõe nem mesmo das lâmpadas para iluminação da quadra onde as aulas são realizadas. Algumas vezes, segundo o presidente da Associação comunitária em sua entrevista os estudantes já realizaram as aulas sem iluminação adequada por falta de iluminação mesmo que esta tenha sido solicitada. Neste contexto, o voluntário pode ser visto apenas como um apoio temporário, com período limitado para desenvolver as atividades na escola, sem continuidade.

Figura 9 – Ofício formalizando o pedido de iluminação da quadra

**ESCOLA MUNICIPAL ALMIRO PARAÍSO**  
**Resolução N.º 9544/98, de 18 de dezembro de 1998**  
**Rodovia 280 - Km 07 - Tel.: (31) 9760.9513**  
**Viçosa - Minas Gerais**

Viçosa, 03 Junho de 2016.

Ofício:007/2016

Ilma. Sra.  
 Melide Paoli Lopes Moreira.  
 DD. Secretária Municipal de Educação.  
 Viçosa – MG

Prezada Senhora,

Venho por meio deste, requisitar à Vossa Senhoria os seguintes materiais para iluminação da quadra:

- 15 canos de PVC de ½
- 2 curvas de PVC de ½
- 1 Rolo de fio de ½
- 6 refletores de 200
- 1 disjuntor de 40

Esclarecemos que tal pedido se deve à necessidade de utilização da quadra, não só pela escola, mas também pela comunidade que a utiliza para aulas de capoeira, dança e outras atividades que também envolvem os alunos.

Atenciosamente.

As professoras

*Recebi em*  
*03/06/16*  
*Melide Paoli Lopes Moreira*

Esc. Municipal "Almiro Paraíso":  
 ATO DE CRIAÇÃO - 28-01-61

Secretaria Municipal de Educação  
 Aut. 548.140

Este ofício solicitando materiais para iluminação da quadra reafirma a fala do membro 1 da Associação Comunitária do Paraíso,

Com relação à luz da quadra, da escola, do paraíso, ah, eu procurei o vereador na época, era o vereador 3, eu fiz orçamento, que o eletricitista passou pra mim. E fui e passei pra ele. E aí na época era um valor de dois mil e setecentos reais, ficava o material e ele falou que era muito fácil, que é só fazer uma emenda lá ou pegar um dinheiro numa emenda e comprar esse material pra ser feito lá, sabe. Mas ficou enrolando, enrolando e nada foi feito. Depois eu procurei a prefeitura para tentar melhorar a iluminação pra gente fazer as aulas lá, de capoeira, aula de dança que tinha lá à noite. Aí procurei o pessoal da secretaria de obras, O Arimatéia e as pessoas lá, me prometeram que iriam arrumar, que iam mandar o eletricitista para arrumar e nada foi feito, Então ficou só na promessa mesmo. (Membro 1 da Associação Comunitária do Paraíso).

Semelhante ao que ocorre com a Escola Almiro Paraíso, também aconteceu na Escola Municipal de Ensino Fundamental e Infantil São Tomé, localizada na comunidade de mesmo nome. Na pesquisa realizada por um grupo de alunos do curso de Licenciatura em Educação do Campo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Câmpus Breves, localizado no arquipélago do Marajó foram analisados quais elementos estiveram por trás da mobilização social e política pelo não fechamento da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Infantil São Tomé, no interior da comunidade pesquisada, diante do processo de nucleação escolar, visto que foi a única unidade de ensino não fechada entre as seis escolas encontradas ao longo da estrada PA-159, localização da comunidade. Assim como a Escola do campo Almiro Paraíso também passou por esse processo e ao se tornar instrumento de luta da comunidade, pelo não fechamento da escola fortaleceu os laços entre a comunidade e os moradores, como nos mostra a fala do membro 1 da Associação Comunitária do Paraíso:

(...) Nos mobilizamos de todas as formas possíveis e impossíveis. Tudo que a gente poderia ter feito, nós fizemos. Na época, nós fomos até de surpresa, a escola já estava até assim, ela estava muito mal tratada, depois que deu um retoque nela lá, a gente pensou que o negócio estava fluindo e de repente eles chegaram já, assim, nós vamos fechar e pronto. Então, da parte nossa não, agora por parte deles faltou muita coisa na época. (Membro 1 Associação Comunitária do Paraíso).

Essa resistência dos sujeitos envolvidos política e coletivamente fez fortalecer o vínculo entre os sujeitos identitários das duas comunidades. De acordo com a pesquisa levantada por esses alunos é possível afirmar que houve uma importância fundamental da identidade territorial no processo de mobilização de resistência pela manutenção da escola mencionada, o que, por seu turno,

reforçou ainda mais a identidade territorial dos comunitários. Sobre a escola do Campo Almiro Paraíso o vereador 2 nos traz que:

(...) sobre essa tentativa de fechamento. Olha, o que dava pra gente perceber era o seguinte, você tinha ali alguns professores que eles eram professores concursados do município que dava aula há algum tempo e que a estabilidade que o concurso público e que essa posição deles garante dava a eles uma tranquilidade de falar o que pensavam de defender a comunidade, de defender a oferta a da escola do campo e tal. E ao mesmo tempo também alguns gestores que eram cargos comissionados ou que eram gestores que ficavam à mercê de uma nomeação da prefeitura podiam estar ali um dia mas outro dia podia estar lá no tico-tico outro dia lá em Posses outro dia em outro lugar então eles não queriam, vamos dizer assim tá? Bater de frente realmente com a prefeitura. Agora a comunidade não, né? A comunidade era completamente autônoma. A comunidade vamos dizer assim a grosso modo. Ninguém ali devia favor pro prefeito ou para secretária de educação estavam lutando por um por um direito deles. (Vereador 2).

Desse mesmo pensamento compartilha o vereador 1 que fala:

[...] Vamos dizer se não me engano na época era a Gláucia de fato ela não era a favor de fechar. Só que em uma visão imediata dela de gestão o caminho por outras leis maiores era que tinha que fechar ou que tinha que seriar e tal. Então assim depois isso repetiu com outra secretária. Mas o alarde também fazia com que oh vai fechar, e de certa forma é lógico que se não tivesse de repente a força do povo ali de martelar a pressão, uma coisa até teria tido outro desfecho Sim. Mas eu acho que eu penso isso também. Acontece de tudo. Mas a comunidade teve a participação, Sim. Ela é até um pouco equivocada, mas eu acho que ela inclusive foi rica para o fortalecimento desse movimento que é um movimento político ou de politização da região dos moradores. Dos dois de repente. (VEREADOR 1).

O que podemos perceber nas falas dos vereadores 1 e 2 é que a luta da comunidade foi o fator determinante para que a Escola Municipal Almiro Paraíso continuasse em funcionamento atendendo as crianças da comunidade.

### ***3.3 Históricos dos processos e tensões entre a manutenção e o fechamento da Escola Municipal Almiro Paraíso, em Viçosa-Mg***

Uma das primeiras questões surgidas diante da notícia do fechamento da escola foi a possibilidade de transferência das turmas como consta algumas reuniões registradas em atas pela Associação comunitária do Paraíso referente aos anos de 2013 a 2017, citadas mais adiante, onde o movimento de resistência da Escola Almiro Paraíso demonstrou-se persistente e convicto na defesa da manutenção da escola. Esse histórico corresponde às informações

coletadas nas Atas de nº 5 do dia primeiro de fevereiro de 2013 e na Ata da Reunião com Associação Comunitária do Paraíso do dia três de dezembro de dois mil e quatorze; Ata de Reunião da Associação Comunitária do Paraíso com os funcionários e pais de alunos da Escola Municipal Almiro Paraíso dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e dezesseis com a pauta: Tempo Integral e parceria com a E. M. Ministro Edmundo Lins; Ata da reunião de pais do dia nove de junho de dois mil e quatorze às dezenove horas na Escola Municipal Almiro Paraíso. Para tratar de melhorias na escola, mobilização junto à prefeitura e aumento dos alunos. Reunião dia vinte e três de setembro de dois mil e quinze, com Associação Comunitária do Paraíso juntamente com funcionários da Escola Almiro Paraíso e, representantes do Rotary Club e representantes do poder executivo. O documento desta reunião é uma lista de presença não sendo possível saber qual foi a pauta da reunião.

### ***3.2.1 Avanço do poder público, 2013: apresentação da proposta à comunidade pela Prefeitura de Viçosa***

Na Ata do dia 01 de fevereiro de 2013, às 17h, aconteceu a primeira reunião de pais, comunidade escolar, e representante da Secretaria Municipal de Educação. O Prefeito na época era o Dr. Celito Francisco Sári e seu vice na época era o Ângelo Chequer. A reunião contou com a presença de pais e moradores da comunidade, a diretora escolar na época Rogéria Santos, a Secretária de Educação Gláucia d'Antonino, e do Legislativo os Vereadores Marcos Nunes (PT), Sávio José (PT), Geraldo Luís Andrade (PTB), Professor Idelmino Silva (PCdoB) e Geraldinho Violeira (PSDC). Na ocasião, o argumento usado pela Secretaria foi a falta de estrutura da escola e a falta de verbas orçamentárias. Os dados estão resumidos no Quadro 3.

Quadro 3 – Argumentos da prefeitura e da comunidade em relação ao fechamento da Escola Almiro Paraíso

Prefeitura	Comunidade
Turmas com poucos estudantes	Número suficiente de estudantes nas turmas
A escola deveria ter incentivado os estudantes	O incentivo e divulgação das vagas também é papel da Secretaria Municipal de Educação
É prejuízo para o município escola com número reduzido de estudantes	A escola não deve ser vista como prejuízo
As escolas da cidade podem atender estudantes da zona rural	É direito de o estudante estudar perto de casa
Não fechou! Só transferiu turmas	A transferência de turmas pode acarretar em fechamento
Educação é gasto	Educação é investimento
As crianças vão ter transporte	As crianças pequenas correm riscos ao passarem muito tempo no transporte
A Escola Municipal Ministro Edmundo Lins precisa de estudantes e é a escola mais próxima e adequada para atender esses estudantes	A Escola Municipal Almiro Paraíso também precisa de estudantes.
Há escolas mais estruturadas na cidade	Escola não é apenas estrutura física. Na zona rural a escola tem uma característica também do pertencimento ao campo
A escola está depredada	A comunidade em parceria com o Rotary realizou uma reforma a escola

Fonte: Adaptado de Santos (2010, p 20. ).

Para os moradores a falta de alunos seria devido a insegurança de alguns pais com a escola que estava desamparada pelo poder público, o que é exposto na fala do Membro 2 da Associação Comunitária do Paraíso:

A gente sabe que a escola do Paraíso é uma escola muito qualificada, com professores, diretores, mas assim, a grande reclamação dos pais era realmente a estrutura da escola. A escola não tinha uma estrutura ideal, então, na época, houve até essa conversa também de estrutura, de poucos alunos, então a gente correu atrás, se uniu, mostrando ao executivo, junto com moradores, fizemos reunião na escola, onde a gente teve mais de 100 pessoas na escola, mostrando aquilo dali a importância que era se manter, a dificuldade que os pais iam ter com seus filhos. (Membro 2 da Associação Comunitária do Paraíso).

O incentivo da Prefeitura permitindo que as escolas das áreas urbanas aceitassem os alunos que moravam afastados induzia o deslocamento de estudantes antes mesmo do processo de nucleação se concretizar. Não só permitia como ofertava o transporte escolar facilitando o deslocamento das crianças que moram afastadas das escolas.

### ***3.2.2 Resistência da comunidade, 2014: desinvestimento, risco de fechamento da escola e o apoio do Rotary Club***

Em 2014, um ano após a notícia do fechamento, o Município continuou sem fazer investimento na Escola Municipal Almiro Paraíso, mantendo as salas multisseriadas aprovadas no ano interior pela Secretaria de Educação, incentivando com isso que os alunos buscassem as escolas urbanas. Neste sentido, ressaltamos a fala do Ex-prefeito quando ele demonstra descontentamento com as salas multisseriadas:

[...] É um desafio muito grande que eu queria ressaltar aqui também que eu tinha muitas turmas multisseriadas. Quando eu assumi a prefeitura existia isso em Viçosa eu não acreditei. Tinha escolas no meio rural que tinha quatro fileiras, uma primeiro ano, segundo, ano, terceiro, eu não acreditei naquilo, né? E nós acabamos. (EX-PREFEITO).

Os pais temiam pela qualidade no ensino na escola diante do desinvestimento da Prefeitura. Como consta na ata de nº12 do dia doze do oito de dois mil e quinze, que os pais estão tirando os filhos da escola e que vai ser feita uma reforma. Ocorreu também a informação de que havia chance de permanecer apenas educação infantil e 1º ano, o que revelava que o projeto de fechamento da Prefeitura poderia dar certo utilizando-se a estratégia de redução de turmas até o encerramento das atividades da unidade.

[...] nós temos que agradecer muito ao Rotary Club, que foi feito uma reforma lá na época, talvez se o Rotary não fizesse essa reforma, talvez essa escola hoje não estaria lá mais. Na época agora eu estava esquecendo, acabei de lembrar, foi um passo muito importante, porque aquela escola estava cheia de goteiras, tudo, e não era a intenção do executivo arrumar aquela escola. Se nós não arrumássemos, infelizmente ela ia ficar numa situação muito precária, e com isso ia ser interditada, a gente não conseguiria mais estar abrindo a escola de novo. (VEREADOR 3).

De acordo com a Ata do dia treze de dezembro de dois mil e quatorze, reuniram-se na sede da Escola Municipal Almiro Paraíso os funcionários da Escola Ana Maria Gonzaga Vieira coordenadora, Lucinéia Pereira Machado, Maria Barbosa Maia, Ana Lucia de Oliveira Silva, professoras efetivas e os associados que participam da Associação Comunitária do Paraíso e José Paulo Gonçalves Moreira Filho, representando o Rotary do Clube de Viçosa. Cidade Universitária - parceiros da Escola com objetivo de estreitar parceria da escola com esta entidade para buscar diminuir os impactos dos desinvestimentos da Prefeitura de Viçosa.

### ***3.2.3 Recuo do poder público, 2015: A Prefeitura recua da decisão de fechar a escola diante da pressão comunitária***

No dia 23 de setembro de dois mil e quinze aconteceu na Escola Municipal Almiro Paraíso outra reunião com a Associação Comunitária do Paraíso, juntamente com funcionários da escola e representantes do Rotary Club e do poder executivo. Associação Comunitária do Paraíso e o Rotary Club Cidade Universitária solicitaram essa reunião com a Secretária de Educação, Melíade Paoli Lopes Moreira, pois precisavam saber se a Escola não seria fechada, para iniciar a reforma. O prefeito Ângelo Chequer, que havia assumido a prefeitura após a morte do ex-prefeito Celito Sari, em 30 de setembro de 2014, autorizou a reforma afirmando que a escola não seria fechada e toda reforma ficaria a cargo do Rotary. A escola continuou sem nenhum investimento por parte da Prefeitura. O ex-prefeito em entrevista fala dessa parceria:

(...) Então foi um trabalho de busca ativa, de conscientização da comunidade deles matricularem, né? Os seus filhos na escola Almiro Paraíso. Então foi um trabalho que nós fizemos pra que isso ocorresse e isso aconteceu, foi um trabalho de marketing, melhorando a escola, fizemos parceria com Rotary Club e fizemos a troca do telhado, fizemos a reforma da escola, deixando a escola mais atrativa. Com isso nós conseguimos ter êxito nesse sentido. (EX-PREFEITO).

A Prefeitura queria fechar a escola Municipal Almiro Paraíso aproveitando a estratégia da redução de turmas e da precarização da escola pela falta de investimento. Porém a comunidade não se calou e reagiu criando recursos para a manutenção. Recebendo ajuda do Rotary que se aproxima para ajudar a escola através de um concurso de redação das crianças. Já que a comunidade quer a escola funcionando. Isso deixa claro que na verdade não foi a Prefeitura que inseriu o Rotary neste processo inicialmente. E sim a busca da comunidade. Porém, oportunamente a Prefeitura entendeu que poderia ser uma boa ideia delegar parte de sua responsabilidade a uma entidade civil, aí então se dá o vínculo Prefeitura – Rotary. Isso que ocorreu se chama **privatização da gestão de entidade pública**, é o que dá pra inferir da fala do ex-prefeito. O problema é ainda maior porque o vínculo é com uma instituição de assistência social/filantrópica como o Rotary, não chegou nem a uma Parceria Público-privada – PPC, o que implicaria maiores compromissos de investimentos, incluindo contratos de gestão, etc... Ou

seja, a Prefeitura precariza a escola e depois delega a função a uma entidade filantrópica para resolver o problema.

A finalidade do Rotary Club Cidade Universitária é fazer melhorias em escolas e outros locais da cidade porque se trata de uma entidade filantrópica. Não há em princípio interesse nenhum político partidário, mas uma parceria estratégica que favorece certo tipo de privatização e o desencargo de responsabilidade da atuação do poder público em atividades essenciais como educação.

A Associação Comunitária recorreu às organizações não governamentais para se envolver em projetos como forma de suprir a ausência do governo, e fornecer os subsídios para ajudar nas demandas da escola da comunidade. Houve um engajamento por parte dos moradores que ajudaram a escola junto com o Rotary e isso teve um impacto positivo e assim concluiu-se a reforma da escola. Santos, 2012 lembra que nos anos de 1990 e 2000, foram criadas várias leis que se destacam na discussão referente à parceria entre a esfera pública e privada, a saber: Lei nº 9.637/98, que dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais (OS); a Emenda Constitucional nº 19/1998, que dispõe sobre a instituição do princípio da eficiência na Administração Pública; a Lei nº 9.790/99, que dispõe sobre a qualificação como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar nº 101/2000); e a Lei nº 11.079/2004, que dispõe sobre a Parceria Público-Privada. Essas leis têm como finalidade a transferência da responsabilidade das políticas públicas do Estado para a sociedade civil organizada ou diretamente para a esfera privada (LUMERTZ, 2008).

A ausência da ação do poder público na manutenção de instalações e na organização de instituições escolares oferece riscos de ordem política, econômica e social. As escolas do campo, como já mencionado anteriormente, apresentam leis específicas que as preservam enquanto patrimônio de uma comunidade. Quando a universalização do acesso à educação no campo não tem suas demandas atendidas como, por exemplo, pela Lei nº 2.487/2015 que trata sobre o Plano Decenal Municipal de Educação, de Viçosa, este assunto se converte na defasagem da assistência do poder público, sobretudo o financiamento.

O fortalecimento de paradigmas negativos sobre o campo parte do constructo de estereótipos sobre o campo que naturalizam a cidade como ambiente propício ao desenvolvimento dos estudantes, trazendo alguns riscos, tais como afastamento e

desvalorização da cultura do campo, evasão escolar, superlotação do transporte escolar, descentralização da organização da comunidade.

Aquilo que aparece como solução tal como o fechamento de escola do campo, faz parte de um projeto e de certa ideologia mais ampla de passagem da educação como direito público à serviço procedido por setores privados. Se não isso diretamente, ao menos o favorecimento de setores empresariais via transporte escolar enquanto as escolas continuam sob a esfera do poder público.

Plano decenal de Viçosa e seu cumprimento para campo – PNE – observamos as metas do plano decenal de Viçosa, podemos perceber que nem todas foram cumpridas, como previsto no documento. Destacamos alguns eixos:

**E. 1** - Pactuar entre União, Estado e Município, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º da lei 13.005/14, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental, garantido a autonomia das escolas para definir e promover a formação necessária para a comunidade escolar;

**E. 2** - Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos (as) alunos (as) do ensino fundamental, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região;

**E. 5** - Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e dos quilombolas, e desenvolver formas alternativas de oferta de atendimento aos filhos de profissionais que se dedicam às atividades itinerantes;

**E. 6** - Estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo e quilombolas, nas próprias comunidades. (EIXO 2 - Ensino Fundamental e Médio – Metas 2, 3, 4, 5, 6 e 7: Lei 13.005/25/06/2014).

No eixo 2 percebemos a importância e a necessidade do cuidado com certas épocas do ano para as crianças do Campo uma delas é época da colheita do café. Alguns pais e a comunidade se envolve na “panha do café” como um meio de aumentar a renda familiar ou como único meio de subsistência. é uma época que muitas crianças faltam à escola para ajudar ou por falta de quem as leve. Os pais não têm com quem deixar quando a escola está de greve ou paralisação, dentre outras situações. O vereador 1 chegou a citar essa época em sua entrevista:

E aí eu vou falar de gestão me apegando o que nós estamos falando, vai incidir no outro quantitativo que vai incidir em outro quantitativo. Ou seja, receita de bolo né? para várias unidades escolares milhares de unidades escolares públicas de um país, Unidades públicas escolares. Então é aí que entra a complexidade. Mas e partindo de um princípio filosófico que cada coisa é uma coisa já há essa diferença e partindo de um princípio de realidade mesmo, de cotidiano, de vida a pouco e enquanto um pai de aluno a pouco eu falo foi

quando teve a greve, A última greve. E no grupo da escola era uma época de panha, de café que é uma rotina de horário de trabalho diferente de uma rotina convencional do meio urbano e aí é conflituosa mas para as pessoas a situação de greve de com quem deixar se repetiu pelo meio rural e ontem o jogo da copa, mudança de horário do ônibus, mudança de horário da aula . E no meio rural vamos dizer assim, ao mesmo tempo que você está muito acolhido pelo seu entorno tem hora que também pelo aspecto rural, você está ilhado, né? Vamos supor, tem hora que quem te acolhe está a dois quilômetros da sua casa não é nem a minha realidade, mas tem quem mora num Grotão lá que é mais afastado ele e o outro que está perto dele e só vem de tarde ou só vem final de semana e mais próximo de fato. Não é tão próximo e que pra essas soluções que o vizinho na rua pode se auxiliar aqui já pode então é aí eu estou partindo desse princípio de que a partir daí já vai cair da gestão já vai cair na diretora a supervisora e que numa escola rural, ou com uma escola que não tenha um quantitativo de alunos. (VEREADOR 1).

Esse fato aqui exposto na questão de gestão, nos mostra a importância da organização escolar, elaboração do PPP levando em conta a realidade dessas crianças.

No ano de 2016, dia 04/03/2016, o Prefeito, o Secretário e a Secretária de Educação reúnem novamente com os pais na Escola Municipal Almiro Paraíso e anunciaram que a Escola funcionaria com todas as turmas e em dois turnos. Os pais comemoram. Em reunião exclusiva para os pais no dia primeiro de fevereiro de dois mil e dezessete. O que havia sido prometido no ano anterior não foi cumprido. Pouco antes do início do ano letivo de 2017, a Secretária de Educação esteve na Escola Municipal Almiro Paraíso juntamente com outros representantes para reunião com os pais. Essa reunião foi registrada na Ata do dia primeiro de fevereiro de dois mil e dezessete com a participação da comunidade escolar e representantes da secretaria Municipal de Educação. Tendo como pauta a transferência de algumas turmas para as escolas urbanas. A secretária Municipal da época Miriam Rocha iniciou a reunião apresentando sua equipe de trabalho; Ana Monteiro, Danielle Guimarães, Miriam Loti e Amaly. Solicitou aos presentes que se identificassem como pais levantando as mãos, então comunicou aos pais sobre o remanejamento das turmas para a Escola Municipal Ministro Edmundo Lins, com a justificativa que o número de alunos por turma está abaixo do exigido pelo município. Apresentou o custo anual do aluno da Escola Almiro Paraíso que na época estava em torno de R\$9000,00 enquanto na escola E.M. José Teotônio ficou em torno de R\$5000,00. Sendo assim se torna inviável para a Prefeitura Municipal de Viçosa a manutenção dos mesmos. Explicando que o aluno na zona rural tem custo maior, pois os salários dos professores são acrescidos de 20%.

O principal motivo que tem levado ao fechamento de escolas no Brasil e em Viçosa não é diferente justamente a questão do êxito rural, né? Que falta uma

política pública, governamental, que possa incentivar, dar mais apoio, Aos filhos de produtor, o próprio produtor que daqui a pouco de onde sai nossos alimentos, do campo e a questão do êxodo rural acaba prejudicando esse abastecimento, Na realidade o abastecimento do Brasil tem sido de alta escala, do agronegócio, de os produtos cada dia com mais agrotóxico e vou ser área da saúde mas o olhar que eu vejo é que tem que existir uma política livre nacional onde possa incentivar mais porque o quanto se coloca na época quando a gestora colocou do fechamento da escola do paraíso como colocou essa pauta era justamente a falta de aluno, ou seja, a escola que na época na minha gestão tinha em torno de cinquenta e oito alunos. Então ela entendeu que o custo de manter aquela escola aberta não o custo me perdoa investimento Que a educação não é custo é investimento estava chegando no valor se eu não me engano na época falando aqui por alto tá? Eh era um investimento em torno de oitocentos mil reais. No entendimento dela, era melhor levar essas crianças para outras escolas que tinham uma avaliação até superior. Mas eu não permiti na época. Eu não estava de acordo, eu fiz uma reunião na escola, fiz uma busca ativa na comunidade do Paraíso tá? Para poder atrair mais alunos para escola e com isso que eu fiz eu abri mais turmas eu coloquei a educação infantil lá naquela escola. Começamos a abrir mais educação infantil atraindo o quê? Atraindo mais alunos e com isso nós conseguimos aumentar de cinquenta e poucos alunos para quase noventa. (EX-PREFEITO).

Os alunos destas turmas serão transferidos para a Escola Municipal Ministro Edmundo Lins. E a Prefeitura Municipal de Viçosa, garantirá o transporte escolar. Questionado sobre investir na escola ao invés de se investir no transporte escolar o Ex-prefeito nos esclarece que:

(...) sobre o processo de fechamento das escolas do Campo ele é muito não sei se a palavra correta é essa é muito doloroso pra comunidade . Você vê que o poder público às vezes ele se faz muito ausente e quando se faz presente você vê que geralmente é sempre uma escola você vai ver no campo geralmente o único a única presença do estado geralmente é a escola e quando se vê uma escola fechada Porque é muito mais confortável, né? Até questão de custo. Quando você coloca essa pergunta aí, é muito pertinente, o investimento que você tem para o transporte, por que não investir na escola porque é a questão de conforto, a questão de segurança. São vários pontos que você coloca, sabe? Então é muito doloroso. (EX-PREFEITO).

Miriam passou a palavra para a coordenadora da Escola, Eliane Resende, para falar sobre a situação da escola. Esta informou que o número de aluno já foi discutido exaustivamente e colocou a luta de todos os profissionais para manter a escola funcionando, buscando melhorias da infraestrutura da instituição para acolhimento dos alunos, realização de projetos como PIBID em parceria com a UFV, Projeto Escola na Mata e o Programa Mais Educação que atenderá em horário integral para oferecer outras oportunidades de aprendizagem para somar a qualidade de ensino oferecido. Nirlaine, mãe de aluno, falou da insegurança dos pais em matricular seus filhos nesta escola, pois todos os anos, existe a ameaça de fechar a mesma. Daiane, outra mãe,

falou que os alunos devem ficar na escola e relatou problemas com outro filho que teve dificuldades em se adaptar na escola na rede urbana, com diferente cultura. Adelina, avó da aluna, informou que trouxe a neta que estudava em escola da rede urbana e que a mesma adora a escola. Narayane, mãe do aluno, enfatizou que não é responsabilidade da comunidade buscar os alunos que estão em outras escolas e sim da Secretaria. A Professora Rita, secretária da Associação Comunitária do Paraíso, falou que da próxima vez gostaria de ser convidada para a reunião porque faz questão de participar. Gostaria que a PMV falasse além do dinheiro e que a escola continuasse funcionando com todas as turmas. Vários pais falaram da importância de manter todos os alunos na escola. Ana Monteiro, funcionária da Secretaria de Educação, falou que não havia intenção de fechar a escola e que deveriam trabalhar para não haver migração dos alunos para outras escolas. Aimê, avó de aluno, falou da importância da escola e que vários ex-alunos hoje estão formados em universidades, demonstrando a qualidade da escola. Enfatizou a importância da valorização do espaço escolar onde os alunos estão inseridos. O vereador Idelmino entrevistado apontando que a secretária estava comunicando o fechamento das turmas e perguntou aos pais se aceitavam a proposta, eles foram unânimes em não aceitar. E que há cinco anos vinha participando junto à comunidade na luta para não fechar a escola. Frisou que a comunidade é participativa e atuante, e que prestou grande ajuda ao executivo na reforma da escola e em outros trabalhos dentro da comunidade como: recuperação de nascentes, do parquinho e outros serviços prestados.

Todas as pessoas presentes em apoio aos pais foram contrárias à decisão das transferências das turmas. Seriam transferidas para uma escola urbana as crianças do primeiro, segundo e quarto ano. Ficaria na Escola Almiro Paraíso apenas às turmas do pré-escolar, terceiro ano e quinto ano. Durante a reunião o pedido dos pais foi que todas as crianças fossem matriculadas regularmente na escola Almiro Paraíso. De imediato, não tiveram retorno da Secretaria de Educação e posteriormente receberam aviso que teriam 15 dias para matricular seus filhos na escola urbana, sem garantia de vagas após essa data. Os pais recorreram à ajuda de alguns vereadores, para fazer uma pressão política na prefeitura (Geraldão, Sávio, Marcus Nunes), e duas representantes da comunidade falaram em um programa de rádio local como forma de denúncia. Perguntada sobre essa entrevista ao programa de rádio a entrevistada Líder da comunidade 3 durante entrevista a pesquisadora responde:

O único que eu lembro agora foi o do Quintal. É a rádio Quintal, né? FM outro eu não me lembro de ter ido. Não sei se alguém da Associação ou o Gilmar foi, ou outra pessoa foi nesse. Eu fui com a Rita fui no Quintal, nós falamos exatamente sobre a questão do fechamento das turmas, a pauta da rádio foi

sobre o fechamento. Foi uma das pautas naquele sábado o entrevistador foi o Rômulo. (Líder da comunidade 3).

### **3.2.4 Embate direto, 2016/2017: poder público x comunidade**

A prefeitura retorna com o projeto de fechamento, agora reforçado pela introdução do programa de escola integral x a comunidade organizada mobiliza pais, professores, moradores, lideranças e vereadores para contrapor-se ao projeto da prefeitura.

(Ata 26/02/2016) da Reunião da Associação Comunitária do Paraíso com funcionários e pais de alunos da Escola Municipal Almiro Paraíso. Pauta Tempo Integral e Parceria com E.M. Almiro Paraíso. Porém a decisão de manter a transferência das turmas foi tomada. Em reunião reuniram – se para discutir sobre a proposta de funcionamento da escola Almiro Paraíso colocada pela Secretária Municipal de Educação Melaide, pais, professores, e membros da Associação Comunitária do Paraíso. Porém a decisão de manter a transferência das turmas foi tomada. Uniram – se para discutir sobre a proposta de funcionamento da escola Almiro Paraíso colocada pela Secretária Municipal de Educação Melaide, pais, professores, e membros da Associação Comunitária do Paraíso. Ela então colocou que a escola Municipal Ministro Edmundo Lins seria modificada para tempo integral em parceria com a escola Almiro Paraíso, porém não houve aceitação por parte dos pais. Eles formaram então uma comissão para se reunir com a secretária de Educação no dia vinte nove de fevereiro de dois mil e dezesseis, para discutir sobre as vantagens e desvantagens dessa proposta. E houve vários questionamentos dos pais: Horário de saída dos alunos; preocupação sobre o tempo das crianças no ônibus, uma vez que as mesmas seriam transportadas para duas escolas; sobre as refeições oferecidas e funcionamento da Escola Almiro Paraíso no período da tarde com tantos alunos oriundos de outra escola, ou seja da Escola Municipal Ministro Edmundo Lins. Os pais presentes não concordam com a proposta. “[...] Ficou decidido nessa reunião que mesmo com a aprovação da secretária a proposta dos pais, a carta seria lida na câmara dos vereadores para demonstrar a união da comunidade do Paraíso em prol da escola” ( Ata 26 de fevereiro de 2016).

Marinês membro da Associação Comunitária do Paraíso juntamente com os pais solicitaram a posição dos professores sobre a situação da escola. Uma professora da escola, há mais de dez anos, falou que os professores também não concordam com a retirada das turmas.. Ela, em nome dos professores, apresentou uma proposta alternativa para trabalhar com os

alunos do 1° ao 5°, que seria trabalhar a área do conhecimento, assim seria montado quatro salas (português, matemática, história & geografia, ciências, artes e Ens. Religioso), para desenvolver as aulas com os alunos. Assim os alunos na área de Português e Matemática fariam as aulas por turmas separadas, nas outras áreas poderiam participar em alguns momentos com outras turmas de acordo com projeto desenvolvido. Sendo que não havia necessidade de nenhuma turma sair da escola. Nem mesmo 3° e 5° anos estavam com número reduzido de alunos. Os pais concordaram com a proposta dos professores e recusaram a saída dos alunos da escola. Os pais. Demonstraram indignação. Falaram que continuariam lutando pela permanência dos filhos na escola. Enfatizaram as melhorias na infraestrutura e que gostariam que os filhos usufruissem da mesma. E como proposta de luta, escrevem uma carta contra a saída dos alunos da escola e a mesma seria lida na reunião da Câmara Municipal dos vereadores no dia primeiro de março por Ana Elisa mãe de aluna. Com presença dos pais e comunidade do Paraíso.

No dia 14 de fevereiro de 2017, de acordo com o informativo *A voz do Paraíso*, em reunião com os vereadores Idelmino Ronivon da Silva, Sávio José do Carmo Silva, Wallace Arlindo Calderano e Antônio Elias Cardoso na Câmara Municipal os pais e moradores e a associação expuseram a situação da escola Almiro Paraíso. Os vereadores ouviram as demandas da comunidade, e organizaram uma comissão para ser recebida pelo Prefeito Ângelo Chequer. No dia 17 de fevereiro os pais receberam um comunicado pela então secretária Municipal de educação da época, através de reunião na escola Municipal Almiro Paraíso que deveriam fazer a matrícula dos seus filhos na Escola Municipal Ministro Edmundo Lins, localizada na Avenida Santa Rita centro da cidade de Viçosa. A Comissão eleita esteve com o Defensor Público, Glauco Rodrigues de Paula, com o advogado Wagner Ramiro Sales e, por volta das 19h30min, estiveram no gabinete do Prefeito, a comissão formada por três pais de alunos, a secretária da Associação Comunitária do Paraíso e um representante do Rotary Club Viçosa Cidade Universitária. Segundo o jornal *A Voz do Paraíso* 2017, participaram da reunião, além do Prefeito, a Secretária Municipal de Educação, Miriam A. Rocha e o Promotor de Justiça Bruno Oliveira Muller. Foi proposto ao Prefeito que o ano letivo corresse normalmente, a Secretaria de Educação definisse qual era o número mínimo viável de alunos por sala para o funcionamento da escola do Paraíso. Sendo assim os moradores teriam até o final do ano para tentar obter o número de matrículas necessárias. Como relata o líder comunitário 1 em sua entrevista no dia 20 de fevereiro, porém, a secretária de educação informou a decisão do Prefeito em manter a transferência das turmas como exposto no jornal *A Voz do Paraíso* 2017, contrariando

o que havia prometido em campanha que a escola não seria fechada. Estes relatos nos chegaram de maneira informal. E essa informação também consta no informativo número 3 de 2017. No informativo consta que a escola foi reformada e reinaugurada com a presença do Prefeito Ângelo Chequer e da Reitora da UFV Nilda de Fátima Ferreira Soares. O Prefeito então em Campanha eleitoral no ano de 2016 vai até a escola e diz que não a fechará e que atenderá aos anseios dos moradores do Paraíso. No dia 20 de fevereiro de 2017, os pais continuaram resistindo e levaram seus filhos para escola Almiro Paraíso, porém o Procurador de educação do Município de Viçosa, Jesus Menjivar Nieto, confirmou aos pais que fizessem a transferência dos filhos. As turmas seriam transferidas para as Escolas urbanas Edmundo Lins e Dr Januário de Andrade.

Em 23 de agosto de 2017, às 14 horas, de acordo com morador da Associação Comunitária do Paraíso, em fala informal, houve uma reunião com a nova Secretária de Educação para tratar da continuidade de funcionamento da escola com o retorno das turmas (Não foi possível inserir fala ou trechos dessa reunião devido a ausência de documentos) durante a reunião a associação fez alguns questionamentos sobre as perspectivas de retorno O que a Secretaria de Educação teria feito para este retorno? Quais os projetos que a Secretaria de Educação teria para escolas rurais do município, incluindo a Escola Municipal Almiro Paraíso?

A Associação Comunitária do Paraíso, em nome dos pais de alunos da Escola Municipal Almiro Paraíso e de toda a Comunidade do Paraíso, repudiou a tentativa de fechamento da Escola Municipal Almiro Paraíso que vinha sendo, mais uma vez, proposta pela Secretaria de Educação do Município. Por meio do ofício nº13/2017 enviado à então Secretária de Educação do Município Míriam A. Rocha consta o seguinte manifesto: A nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo [...]. E vice-versa: a educação não pode funcionar suspensa no ar. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições cambiantes e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em curso (MÉSZÁROS, 2005, p. 76).

A Associação Comunitária do Paraíso, em nome dos pais de alunos da Escola Municipal Almiro Paraíso e de toda a comunidade do Paraíso, repudia veementemente a tentativa de fechamento da Escola Municipal Almiro Paraíso que vem sendo, mais uma vez, proposta pela Secretaria de Educação do Município. Conforme reunião realizada às 19 horas do dia 01 de fevereiro

de 2017, na Escola Municipal Almiro Paraíso, com a participação de funcionárias da Secretaria da Educação, pais, professores e a comunidade do Paraíso, ficou claro que todas as pessoas da comunidade que estiveram presentes à reunião são contrárias ao fechamento de turmas na escola e que todos os pais querem os filhos matriculados regularmente na escola. Não aceitamos a política de baixo custo na educação. Queremos todas as turmas funcionando ainda que tenha um só aluno em sala de aula. O estudante morador da zona rural tem direito a uma educação em seu meio de origem. Não é responsabilidade da comunidade que a escola esteja cheia de alunos. O que importa é que os alunos que estão lá hoje não querem ser transferidos, os pais não querem que seus filhos sejam transferidos e eles têm direito a estudar na escola próxima de onde residem. A educação do campo é tão importante que há um curso de graduação na Universidade Federal de Viçosa que forma professores especificamente para trabalhar em escolas do campo. Levar as crianças do campo para a cidade significa uma alteração significativa em seu meio, o que pode ser prejudicial para o seu aprendizado. (Ofício nº13/2017 de 02/02/2017).

Ainda de acordo com a nota a comunidade que a Associação Comunitária do Paraíso tornou público no dia 03 de fevereiro de 2017:

Nosso mandato popular vem por meio desta nota tornar público e manifestar repúdio, em relação a ação do executivo municipal que por meio da secretaria de educação determinou, de forma truculenta, a transferência dos alunos da Escola Rural Almiro Paraíso para escolas da cidade. O nosso Mandato Popular, assim como a Comunidade do Paraíso, entende que é mais uma vez uma tentativa de fechar a escola do Paraíso, pela estratégia de redução do número de turmas que, claro, compromete a manutenção das turmas nos próximos anos. A comunidade do Paraíso, sempre muito atuante, trabalhou no ano passado juntamente com o Rotary cidade universitária, na reforma da escola, trabalhou em ritmo de mutirão, trabalhando nos finais de semana para conseguir fazer a reforma. Assim sendo a escola não é, para essa comunidade, simplesmente uma obra da construção civil, mas também produto de uma ação coletiva que ali depositaram amor e suor para que suas crianças tivessem acesso a um direito básico, que é a educação. Nesse ato do executivo municipal, muitos daqueles pais que trabalharam na reforma da Escola, não poderão ver seus filhos estudarem nessa escola. (Nota à comunidade de Viçosa em defesa da E. M. ALMIRO PARAÍSO 2017).

Embora o Prefeito afirmasse que não estava fechando a escola, mas a transferência de alunos sendo efetuada estava ocasionando o esvaziamento, criando insegurança nos pais em deixar seus filhos numa escola em constante risco de fechamento. Na fala do Ex-prefeito ele deixa explícito que o movimento de resistência da organização comunitária dos pais, Associação e comunidade do Paraíso foram o fator determinante em sua decisão em respeito à Escola:

(...) Eu tinha esse olhar, assim, realmente vai ter que fechar. Depois de ouvir a comunidade, ouvindo outros contrapontos, eu acabei criando uma concepção

de que o caminho é segurar essas crianças no campo mudou meu pensamento totalmente o meu entendimento é que Temos que investir na escola, temos que fazer um trabalho pra segurar essas crianças lá, Que é um trabalho que é uma visão que anteriormente o que todo gestor quer, ah! não está dando, não está tendo aluno, está um custo muito elevado, o investimento é muito alto vamos tentar unificar aqui, eu por exemplo a questão lá do córrego São João com a colônia eu quis unificar mas para a escola do meio rural mesmo, vamos tentar unificar elas e eu vejo que o gestor na minha opinião, a última hipótese é fechar uma escola do campo, sabe ao contrário, acho que nós temos que fazer o trabalho, de incentivar, de segurar a não ser que realmente não tenha como mesmo, tendo êxito rural daquele local que ou o lugar se transformou em urbano discussão com áreas exceções. É o meu ponto de vista. (EX-PREFEITO).

Podemos perceber nessa fala que a organização comunitária foi o fator determinante para que o gestor do município da época da tentativa do fechamento repensar suas atitudes em relação ao fechamento da escola do campo, como ele deixa exposto em sua fala, outras comunidades não tiveram o mesmo desdobramento e tiveram suas escolas do campo unificadas.

### **3.2.5 O que aconteceu, 2018-2022: a luta continua ou alguém ganhou essa queda de braço?**

O que podemos perceber é que a luta da comunidade foi determinante para manter a escola Municipal Almiro Paraíso em funcionamento. A comunidade alcançou o seu objetivo, e a escola continua funcionando sem as turmas multisseriadas. A escola finalmente teve a sua reforma aprovada e a sede da escola encontra-se em reforma. Podemos dizer então que dez anos após iniciado o movimento de resistência da Comunidade do Paraíso seu objetivo foi concluído. a comunidade venceu essa queda de braço. Porém a luta continua para que os direitos adquiridos ao longo do processo sejam mantidos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS – O QUE É POSSÍVEL APREENDER DESTA EXPERIÊNCIA?**

Dessa experiência podemos aprender e apreender muito sobre como a luta da comunidade do Paraíso se insere no campo das resistências dos subalternizados para a garantia dos direitos da educação pública, da aprendizagem organizativa da comunidade do Paraíso. O movimento de resistência realizado em parceria com os líderes comunitários conseguiu incentivar a participação comunitária no planejamento das ações, organização e engajamento para permanência da escola na comunidade. Essa parceria foi importante para determinar prioridades, definir e criar estratégias para envolvimento de pais, apoiadores e demais atores interessados no tema. Conseguindo assim mobilizar os pais, professores e comunidade para lutarem pela escola que é vista como centro social. Um espaço cultural para a comunidade. A Associação Comunitária lutou por uma escola rural pública de qualidade, preocupando-se com a localização geográfica da mesma que atendesse as crianças da melhor forma possível. Afastando o estigma de que a escola do Campo não é boa, eles possuem os mesmos direitos que qualquer outro cidadão. Podemos tirar daí todo o processo da escola em seu entorno, da comunidade. É um prejuízo também pra cidade, se Pensarmos que pode acontecer de não ser valorizado os saberes, dos sujeitos com essa transferência de turmas as pessoas elas podem perder a oportunidade de manifestar os saberes delas dentro do espaço escolar que elas estão inseridas O Ex-prefeito ele reconhece que a Escola do Campo é diferente das escolas urbanas quando ele nos traz que:

(...) Um destaque também, eu não poderia deixar aqui de relatar, mas existe assim a característica totalmente diferente, além do vem rural é importante mostrar para os alunos que o pra o meio deles, né? Mostrar o meio, a importância da agricultura, para o homem, E sim, para a humanidade, mostrar pra eles a importância disso, já ensinar pra eles até mesmo a questão do cultivo, como que tem que ser feito etc. Iniciar toda essa educação, voltada para eles aí de uma forma diferenciada do meio urbano. Mostrar para eles a importância de cuidar do meio ambiente, se afetar o meio ambiente O que vai ocorrer? vai faltar alimento, vai faltar água, a educação é totalmente diferente da escola do meio urbano. (EX-PREFEITO).

Na fala do ex - prefeito fica explícita a compreensão que ele tem da relevância de mostrar para os alunos do campo a importância do trabalho com agricultura e com a cultura a valorização que o meio rural tem. Ele afirma também a necessidade de uma educação voltada para o meio rural. A importância de uma educação voltada para o meio que eles estão inseridos.

Compartilha desse mesmo pensamento uma mãe de ex-aluno quando ela coloca em sua entrevista que:

(...) Então, eu tive uma experiência com o meu filho. Como ali é uma escola pequena, você tem mais tempo de dedicar às crianças. E quando ele teve que sair, porque não tinha turma da quinta série, se não me engano, eu vi uma mudança tremenda. Porque ele foi pra cidade, lá na cidade é outro nível, é outro ritmo, é outras classes. Então, eu vi uma mudança muito grande e brusca. Porque você cria um filho na roça, você tem uma escola no meio rural. A escola, ela carrega a cultura da roça. E aí, ele foi na época pro Edmundo Lins. Nossa, eu entrei em pânico. (Mãe de ex-aluno).

Não sabemos como as escolas vão receber esses estudantes. Há uma grande mobilização, que não é apenas mudar de escola, é todo envolvimento que a escola tem com a comunidade, com a cultura, com as epistemologias, com as ações, da comunidade com relação à escola. As contribuições das escolas para o desenvolvimento da comunidade rural também são atribuídas aos recursos, programas e serviços que eles oferecem. Como já foi citado a estrutura da escola como espaço para reuniões e eventos da comunidade em geral. Essa pesquisa teve como objetivo central identificar e analisar as estratégias de resistência dos moradores da Comunidade do Paraíso em prol da manutenção do funcionamento da Escola Municipal Almiro Paraíso. Durante a pesquisa fica claro para as comunidades, sobretudo as comunidades tradicionais, a importância da coletividade do trabalho coletivo da luta coletiva.

Podemos concluir que individualmente não há sobrevivência. Que a luta individual cada um falando na sua rede social, vestindo uma camisa com frase bonita não vai resolver, o que vai resolver é a luta coletiva todo mundo se reunir, se organizar e pensar o que nós podemos fazer? ir lá e fazer. Mas tudo feito de maneira coletiva. Então sem a coletividade e sem a organização dessa coletividade não tem luta, não tem sobrevivência. Se não houvesse essa coletividade a comunidade do Paraíso teria perdido a escola. Fica bem forte a necessidade da organização popular, a necessidade da organização comunitária reafirmando a importância da Associação Comunitária do Paraíso. Ela que mobilizou todo o movimento de resistência foi a organização representada em termos institucionais. Ela é uma organização política responsável pela organização política dessa comunidade e pela luta que ela empenhou sendo responsável portanto também pela vitória da comunidade.

Essa pesquisa traz ainda como objetivos específicos: Investigar e descrever o histórico da Escola Almiro Paraíso e o seu significado no processo organizativo da comunidade; investigar as tendências do fechamento das escolas rurais em âmbito nacional, e os efeitos para o processo formativo das crianças e jovens; investigar o papel dos moradores da comunidade

do Paraíso na defesa da permanência da instituição escolar no local. Foi importante durante o decorrer da pesquisa fazer esse resgate histórico de como ocorreu todo o processo de resistência de como foi construído ao longo dos anos. Com a busca documental e as entrevistas, podemos ver com clareza como a comunidade se organizou ao enfrentamento da tentativa de fechamento da Escola Almiro Paraíso. Durante o percurso ficou explícito a necessidade da formação para professores que atuam nas escolas rurais, escolas de Educação do Campo. É importante ressaltar que a formação do professor não pode ser só voltada para questões pedagógicas e metodológicas e do próprio conteúdo que será ensinado. É preciso ter uma formação política, o professor ele também tem que saber ser se não uma liderança ele compreender a dimensão política que tem o seu trabalho. Que tem a sua função. O professor também tem uma dimensão política que muitas vezes não é abordada na formação do professor. Caldart (2008) nos traz que:

As lutas e o debate da Educação do Campo sobre políticas públicas têm se centrado na escola, mas esse foco no contexto das tensões já tratadas pode nos colocar, do ponto de vista da concepção pedagógica, como reféns de uma visão escolacentrista, que é justamente uma das marcas da visão moderno-liberal de educação. (CALDART, 2008, p. 79).

A partir destas considerações nos deparamos novamente com a necessidade dessa formação de professores para saber ouvir e orientar. A função da escola não é só a função de ensinar e sim preparar para a vida em sociedade, em comunidade. As escolas desempenham papéis importantes nas comunidades rurais não apenas como mecanismo de ensino bancário. Esbarra-se, ainda, com o Libâneo que nos mostra que a prática educativa proporciona conhecimentos e vivências culturais para o convívio em sociedade e atenção às necessidades coletivas tanto economicamente quanto social e politicamente (LIBÂNEO, 2017).

Nesse sentido revisitamos Gramsci, quando destaca “a escola unitária ou de formação humanista (entendido este termo, ‘humanismo’, em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional) ou de cultura geral deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social” (GRAMSCI, 2001, p. 36), a partir do momento que o jovem tem maturidade e capacidade para se orientar.

A prática educativa acontece em diversos lugares: na sociedade, na escola, na família, na política, na religião, na rua. Desta maneira, segundo Arroyo, os símbolos relacionados ao campo compõem a identidade camponesa, desde “a escola, a capela, o lugar, a terra são componentes de sua identidade”. Terra, escola, lugar são mais do que terra, escola ou lugar.

São espaços e símbolos de identidade e de cultura” (ARROYO, 2007, p. 163). Dessa forma, é imprescindível que os educandos sejam despertados para a relevância dos saberes populares por meio de uma educação crítica. O educando precisa ter a compreensão de que ele também é um agente cultural, uma vez que cultura é toda produção humana. Nesses termos, a existência de escolas no campo é sinônimo de existência, resistência e reprodução camponesa. Não existe sociedade sem a prática educativa. Daí surge a necessidade da formação de professores politizados que sejam capazes de auxiliar os educandos em uma formação mais humanizada e mais consciente de seu papel em sua comunidade. Criando uma educação igualitária, menos excludente e mais democrática que venha vencer as barreiras hegemônicas. Entendemos, que a educação do campo ganha um novo significado quando se associa a um movimento social que a defende como uma educação integrada em busca de melhores condições para a vida no campo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília, DF: Editora Liber Livros, 2008. p. 68. (Série Pesquisa: Vol. 13).

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. Associação do Paraíso. Disponível em: <http://www.associacaodoparaiso.com.br/news/reuniao-na-escola-almiro-paraiso/>. Acesso em: 28 set. 2020.

ASSUMPCÃO, Tânia Mara Testaí. **Reflexões sobre a escola e sua relação com a comunidade: um estudo de caso**. 2005. 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UDESC, Joinville, 2005.

Ata n. 31 da reunião extraordinária de 23 de agosto de 2017. Local EMAP. Organizada pela ACP.

Ata n. 32 da reunião ordinária de 13 de setembro de 2017. Local EMAP. Organizada pela ACP.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial[da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Imprensa Nacional, n. 191-A, 5 out. 1988.

BRASIL. LEI nº 9394/96 Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. Legislação, Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: . Acesso em: 04 fev. 2003

BRASIL. **Lei 12.960/2014**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L12960.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12960.htm#art1). Acesso em: 26 mar. 2022.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Parecer CNE/CEB 36/2001, aprovado em 04 de dezembro de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superiores/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13251-parecer-ceb-2001>. Acesso em: 26 mar. 2022.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Seria o Brasil "menos urbano do que se calcula"? *In: O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo, SP: Contexto, 2004. p. 129-136. (Publicado originalmente na revista Geosp, número 13, em junho de 2003).

CASSIN, Marcos; BEZERRA, Luiz. Número de escolas no campo diminui drasticamente no Brasil. 2017. Disponível em. Acesso em: 09 jul. 2022.

CASSUCE, F. C. C.; COELHO, F. R. C.; DE LIMA, J. E. Municipalização e qualidade de ensino fundamental no município de Ponte Nova, Minas Gerais. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 37, 2022. Disponível em: [//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/242](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/242). Acesso em: 10 jan. 2023.

FERNANDES, L. P, BASTIANI, T. M. ProJovem Campo: Saberes da Terra: desafios e perspectivas para as escolas do campo. *In: Seminário Internacional e Fórum de Educação do Campo (SIFEDOC), Anais [...]*, Santa Maria, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 6. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2008.

GONÇALVES, Nádya Gaio Fatto. **Arquivos Históricos escolares**: Contribuições para o ensino de História e a História Local. Edu FRN, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** (6 vols.). COUTINHO, C. N.; HENRIQUES, L. S.; NOGUEIRA, M. A. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1999-2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. (coleção Pesquisas, 1). Campinas, SP: UNICAMP. IE, 2002.

HESSEL, Stéphane. **Indignai-vos!** 2011. Disponível em: <http://xa.yimg.com>. Acesso em: 10 jun. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico-Brasil: 1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015**. Disponível em: IBGE - Educa | População rural e urbana. Acesso em: 09 jun. 2022.

KNOFF, Jurema de Fátima. **A relação entre o MST-PR e o Governo Roberto Requião: análise da política da Escola Itinerante (2003 – 2010)**. 2013. 155f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013.

KREMER, Adriana. **Menos uma coisa no lugar: as comunidades rurais e o fechamento de suas escolas**. Disponível em: [HTTP://anped.org.br/reunioes/30ra/postar/GT06-3147-Int.pdf](http://anped.org.br/reunioes/30ra/postar/GT06-3147-Int.pdf) . Acesso em: 15 nov. de 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, Para quê?** 8. Ed. São Paulo, SP: Cortez, 2005.

LIMA, Lucas Gabriel Borges de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2022. **Programa ProJovem Campo-Saberes da Terra: Diálogos com o pensamento freiriano e**

expressões de resistências das populações camponesas na longa transitividade para a democracia.

MST. **Educadores lançam manifesto contra o fechamento de escolas rurais**. MST: 2011. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/12562>. Acesso em: 04 jun. de 2022.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo, SP: Boitempo, 2005. 77 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. Disponível em: [HTTP://www.propesquis.com.br/welcome.phtml?racad=901993\(p.21e22\)](HTTP://www.propesquis.com.br/welcome.phtml?racad=901993(p.21e22)). Acesso em: 20 jan. 2022.

Ministério Público do Estado de Minas Gerais Coordenação da [https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/comunidades/Cartilhas/Cartilha\\_associacoes\\_comunitarias\\_mpmg.pdf](https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/comunidades/Cartilhas/Cartilha_associacoes_comunitarias_mpmg.pdf) acesso em : 10 de abril de 2023.

MOLINA, Mônica Castagna. SÁ, Laís Mourão. Escola do Campo. *In: Dicionário da Educação do Campo*. Verbete. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 326

NEVES, José. Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisa em administração**, São Paulo, v.1, n. 3, 2ª sem./1996.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. Rio de Janeiro, RJ: Impectus, 2003.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3. ed. rev. ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PERIPOLLI, Odimar J. **Expansão do capitalismo na Amazônia norte-mato-grossense: a mercantilização da terra e da escola**. 2009. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PEREIRA, Camila Casteliano. **A Política de Fechamento de Escolas no Campo na Região Metropolitana de Curitiba**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – UTP, Curitiba, 2017.

RIBEIRO, Gêssica Ramos Lucas. **A educação no campo e a valorização do meio rural como espaço de aprendizagem**. Trabalho de certificação do curso de Especialização em Educação no Campo, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná 2022.

RODRIGUES, A. C. *et al.* Nucleação de escolas no campo: conflitos entre formação e desenraizamento. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 707-728, 2017.

ROMANELLI, Otaíza. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

SAGRILHO, Michela Pegoretti e SANCHES, Suely da Penha. **Dicotomia rural x urbano e segregação sócio espacial: uma análise da acessibilidade ligada à problemática do transporte dos estudantes do campo**. 2004.

SANTOS, Maria de Fátima. **Estratégia não explícita de fechamento da Escola Municipal Almiro Paraíso- Viçosa MG**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Viçosa, 2017.

SANTOS, Vanessa e GARCIA, Fátima. O fechamento de escolas do campo no Brasil: da totalidade social à materialização das diretrizes neoliberais. V. 1 n. 4. Dossiê: **Educação do Campo**: processos formativos no Espírito Santo e no Brasil, 2020.

SOUZA, D. B. de; FARIA, L. C. M. de. **Reforma do Estado, Descentralização e Municipalização do Ensino no Brasil: A Gestão Política dos Sistemas Públicos de Ensino Pós-LDB 9394/96**. Revista Ensaio: Avaliação, Política Pública em Educação. Rio de Janeiro, v. 12, nº 45, p. 925-944, out./dez. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010440362004000400002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010440362004000400002&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em 25 de set. 2020.

VIERO, Janisse. **Princípios e concepções da educação do campo** [recurso eletrônico] / Janisse Viero, Liziany Müller Medeiros. – 1. ed. eletrônico] / Janisse Viero, Liziany Müller Medeiros. – 1. ed. Santa Maria: UFSM, NTE, 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento de métodos. 4. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2010.

## **ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

Caro entrevistado (a),

Este projeto de pesquisa tem como objetivo central identificar e analisar as estratégias de resistência dos moradores da Comunidade do Paraíso em prol da manutenção do funcionamento da Escola Municipal Almiro Paraíso. Para que esse estudo seja realizado, gostaria de pedir sua participação. Caso concorde em contribuir com essa pesquisa, sua participação envolverá responder às perguntas de uma entrevista e permitir sua gravação através da plataforma google meet. Os dados coletados serão analisados dentro das atribuições da pesquisa qualitativa e, caso seja de seu interesse, uma cópia da análise poderá ser solicitada. É importante ressaltar que sua participação no projeto é voluntária, porém gostaria de poder contar com você durante todo o decorrer da pesquisa. Outro ponto a ressaltar refere-se ao anonimato quanto às informações coletadas que será mantido em todas as etapas da pesquisa. Agradeço antecipadamente por sua cooperação, disponibilidade e interesse em participar desse projeto que tem grande relevância para outras comunidades em geral. Caso concorde em fazer parte desse estudo, peço-lhe, por favor, que preencha o termo de consentimento em anexo. Para participar deste estudo o voluntário não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o participante terá assegurado o direito à indenização. É garantida também a plena liberdade de se recusar a participar ou de retirar seu consentimento e interromper sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. Em caso de recusa não haverá qualquer penalidade ou modificação na forma do atendimento pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição. O participante não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar, bem como o nome ou o material que permita sua identificação não serão liberados sem a sua permissão. Este termo de consentimento encontra-se em arquivo word a ser assinado e tornado PDF pelo participante, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, em pasta própria, e a outra arquivada pelo Sr.

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, e depois desse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a identidade do participante com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, às Resolução nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, \_\_\_\_\_, contato \_\_\_\_\_, declaro que fui informado(a) dos objetivos da pesquisa : **As lutas de uma comunidade para manter em funcionamento a escola do campo Almiro Paraíso: uma história de resistência** de maneira clara e detalhada. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim o desejar. Recebi uma cópia original em word deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Viçosa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

---

Assinatura do Participante

---

Assinatura do Pesquisador

**Nome do Pesquisador Responsável:** Cezar Luiz De Mari

**Endereço:** Departamento de Educação, Chefia do DPE – Universidade Federal de Viçosa  
36570-000

**Telefone:** (31) 3899-1389 e 3899-1663

**Email:** [cezar.demari@ufv.br](mailto:cezar.demari@ufv.br)

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Universidade Federal de Viçosa

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário

Cep: 36570-900 Viçosa/MG

Telefone: (31)3899-2492

Email: [cep@ufv.br](mailto:cep@ufv.br) Website: [www.cep.ufv.br](http://www.cep.ufv.br)

Atenciosamente, Sandra Cristina Gomes Mestranda em Formação Humana, Políticas e Práxis Sociais pela Universidade Federal de Viçosa.

**Telefone:** (31) 3892-5587 e 98506- 3487

**Email :** [Sandra.cristina@ufv.br](mailto:Sandra.cristina@ufv.br)

## ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

### ROTEIRO PARA ENTREVISTA AOS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO E PARA OS PAIS.

**Título da pesquisa: As lutas de uma comunidade para manter em funcionamento a escola do campo Almiro Paraíso: uma história de resistência.**

**Aluna:** Sandra Cristina Gomes

**Orientador:** Cezar Luiz De Mari

1. Qual a importância da escola para a comunidade?
2. Como você vê o fechamento das escolas do campo?
3. Acontecia algum evento na escola? Quais? Onde ocorrem atualmente?
4. A comunidade pode impedir o fechamento das escolas no campo? Como?
5. Em sua opinião o argumento utilizado pelo poder público para transferir as turmas da escola do campo para a cidade foi válido?
6. Houve alguma mudança que não tenha dito que se deu após o fechamento das turmas na escola?
7. No processo de fechamento: Você se lembra? Qual foi o seu grau de participação nas atividades, encontros e reuniões para discutir o tema? Qual é o seu posicionamento pessoal sobre o fechamento das turmas na escola.
8. Quais as consequências do conflito entre comunidade e poder público sobre o fechamento das turmas?
9. Vocês tentaram de alguma forma se mobilizar para impedir o fechamento das turmas na escola?
10. Houve diálogo com as comunidades antes do fechamento? Houve acordos ou resistências?
11. Existe algum fato que eu não perguntei e você gostaria de pontuar? Fique a vontade

**Sua contribuição para essa pesquisa é muito importante.**

## ROTEIRO PARA ENTREVISTA AOS GESTORES

**Prezado (a) participante, esta etapa é uma entrevista na qual peço que reflita sobre algumas questões relacionadas ao tema: As lutas de uma comunidade para manter em funcionamento a escola do campo Almiro Paraíso: uma história de resistência. Sua contribuição para essa pesquisa é muito importante.**

- 1 Qual a importância da escola Almiro Paraíso para a comunidade do Paraíso?
- 2 Como você vê o fechamento das escolas do campo?
- 3 Quantas comunidades essa escola atende? Qual é o perfil da comunidade?
- 4 Você sabe qual foi o argumento porque transferiram as turmas da escola do campo para a cidade?
- 5 Quais elementos caracterizam ou formam, na sua opinião, uma área urbana?
6. Quais elementos caracterizam ou formam, na sua opinião, uma área rural?
- . Você considera que este município tenha mais características rurais ou urbanas? Porque?
- 7 Sobre a Escola Almiro Paraíso já houve alguma menção em fechá-la? Se sim, por parte de quem e por qual/quais motivo(s)?
- 8 Existe alguma política educacional ou projeto próprios do município para manutenção do funcionamento desta(s) escola(s)? Se sim, qual/quais?
- 9 A gestão de uma escola no campo é diferente da gestão de uma escola na cidade? Quais são os principais percalços?
- 10 Relate um pouco da sua percepção a respeito das escolas municipais do campo durante a sua gestão (Infraestrutura, ensino, entre outros aspectos que julgar importante)
11. Qual sua opinião sobre o processo de fechamento de escolas do campo?
12. Você acredita que fechar uma escola do campo e transportar estes alunos para uma escola na cidade traga benefícios ou malefícios a estes alunos? Por quê?
13. Você considera importante a manutenção das escolas no campo? Por quê?
14. O que, em sua opinião, significa para a comunidade (e) a manutenção de uma escola no campo?

15. Quem decide o fechamento de uma escola no campo?
16. Você vê algum impacto ou consequência do fechamento de escolas no campo para a(s) comunidade(s)? Comente.
17. Houve diálogo com as comunidades antes do fechamento? Houve acordos ou resistências?
18. A comunidade pode impedir o fechamento das escolas no campo? Comente.
19. Quais são os critérios fundamentais para o fechamento e/ou nucleação de escolas no campo? Houve ou houveram escolas nucleadas no município?
20. Como ocorreu a transferência dos alunos para as escolas na cidade pós fechamento das turmas da escola Almiro Paraíso? A comunidade teve participação neste processo?
21. Você acredita que uma escola no campo seja inferior às escolas na cidade, ou vice-versa? Em quais aspectos?
22. Você tem conhecimento a respeito das diretrizes e programas nacionais específicos para as escolas no campo? Comente.
23. Gostaria de fazer mais alguma consideração?



## ESCOLA MUNICIPAL ALMIRO PARAÍSO

Resolução Nº 9544/98 de 18 de dezembro de 1998  
Rodovia 280 - km 07 – Viçosa – Minas Gerais

Viçosa, 06 de fevereiro de 2017.

Ofício: 003/2017

Ilma. Sra.  
Mirian Aparecida Rocha  
DD. Secretária Municipal de Educação  
Viçosa – MG

Prezada Senhora,

Venho através deste solicitar, **em caráter de urgência**, profissionais para efetuarem alguns serviços na Escola Municipal Almiro Paraíso.

São as seguintes necessidades:

- Soldar o portão da entrada principal da escola;
- colocar grades nas janelas da parte de trás da escola (temos algumas grades, não temos certeza se são suficientes para cobrir as janelas que estão descobertas, porém precisam ser recortadas para se ajustarem ao tamanho necessário);
- Colocar a porta da entrada do prédio da escola (temos a porta, porém precisa ser recortada para se ajustar ao tamanho necessário);
- trocar 04 refletores da quadra que estão queimados,
- instalar um tanque;
- instalar ventiladores de parede
- reparos na parte elétrica e hidráulica

Para atendimento da creche, além das móveis, colchonetes e materiais pedagógicos necessários, precisamos também de 2 (dois) chuveiros elétricos para os banheiros, tablados de madeira para que as crianças alcancem a altura dos vasos sanitários e tampas, também para os vasos sanitários, que possibilitem o uso dos mesmos pelas crianças menores.

Informaremos sobre outras necessidades, à medida em que se apresentarem.

*Colocar as portas da quadra*

Atenciosamente,

*Recebimos a 1ª Via*

Assinatura: *Danielli C. Gonçalves*

Data: *06/02/17*

*Eliane Resende*  
Eliane Resende Rodrigues Sobreira  
Coordenadora



ESCOLA MUNICIPAL ALMIRO PARAÍSO  
 Resolução N.º 9544/98, de 18 de dezembro de 1998  
 Rodovia 280 - Km 07 -  
 Viçosa - Minas Gerais

À  
 S.M.E  
 Att. Daniele Guimarães

Ref: Resposta à solicitação

Atendendo ao pedido de V.Sª., reitero os  
 ofícios das demandas necessárias para o bom andamento das atividades desta Unidade  
 Escolar, obviamente, dentro das possibilidades dessa Secretaria

- A colocação de forro do teto ( a existência de morcegos e demais insetos é grande. A  
 inexistência do forro, requer cuidados em dobro quanto higienização e limpeza da  
 sede, além de maior risco de viroses e ou picadas de insetos)
- Colocação de vidros quebrados e grades nas janelas de fundos.
- Cascalho e ou outro meio de eliminar o acúmulo de água e barro nas dependências  
 da escola.
- Nivelar o local do parquinho ( Ganhamos todas as mantas de grama, porém, o  
 terreno encontra-se sem condições da colocação)
- Um servidor para prestar serviços externos ( Há queda de galhos e folhas,  
 necessitando diariamente da manutenção. Limpeza da quadra coberta e corte de  
 grama) \* O servidor Carlos Roberto estava cedido pela Secretaria Municipal de Obras  
 e Serviços, tendo retornado ao setor de origem em dezembro pp.
- Necessitamos de LOUSAS (urgentemente). Fizemos adaptações dos espaços para  
 salas de aula porém, se o uso de quadro, dificulta o aprendizado.
- Armários ( pelo menos 4)
- Mesinhas para a creche, além de mesas e cadeiras para as salas de aula ( pelo menos  
 20)
- Mesas e bancos para o refeitório. ( as existentes estão necessitando troca)
- INTERNET e linha telefônica ( Ficamos "isolados". Não conseguimos usar o  
 próprio celular).

Diante o exposto, agradecemos a atenção e  
 aguardamos o atendimento das prioridades pois, bem sabemos do esforço de V.Sas.,  
 para tal.

  
 Margarida Maria Salgado Stanciola  
 Assistente Administrativo Escolar

*Recbi*  
*Daniel* 05/10/03



**ESCOLA MUNICIPAL ALMIRO PARAÍSO**  
**Resolução N.º 9544/98, de 18 de dezembro de 1998**  
**Rodovia 280 - Km 07 - Tel.: (31) 9760.9513**  
**Viçosa - Minas Gerais**

Viçosa, 17 de maio de 2017.

Prezada Irmã Sônia  
 DD. Diretora do Colégio Normal Nossa Senhora do Carmo

Senhora Diretora:

Com os cordiais cumprimentos, vimos, através deste, obviamente dentro das possibilidades, a doação de materiais que por ventura estejam sem utilidade nesta Unidade Escolar.

Reiteramos que, a Escola Municipal "Almiro Paraíso", com a colaboração do Rotary local, está sendo reformada porém, as obras ficaram inacabadas, por falta de recurso tanto do Rotary, quanto do Município, que não dispõe, no momento, em atender as demandas prioritárias.

Precisamos urgentemente de colocar grades nas janelas laterais da escola. Precisamos de armários para salas de aula, além de bancos para recebermos pais e ou responsáveis. A creche não possui mesa nem para refeição das crianças, enfim, ficaríamos muito gratos com o que V.Exª puder dispor para uso e melhoria do espaço para nossas crianças.

Com todo respeito merecido a esta renomada Instituição de Ensino que, ao longo desses 100 anos engrandece e orgulha nossa cidade, despedimo-nos, com protestos de elevada consideração.

Atenciosamente,

Margarida Maria Salgado Stanciola  
 Assistente Adm. Escolar  
 Contato - 9-8662-0130

*Em ligação com vocês*

**ESCOLA MUNICIPAL ALMIRO PARAÍSO**

Resolução Nº 9544/98 de 18 de dezembro de 1998

Rodovia 280 - km 07 - Viçosa - Minas Gerais

Viçosa, 07 de fevereiro de 2017.

Ofício: 007/2017

Ilma. Sra.  
Mirian Aparecida Rocha  
DD. Secretária Municipal de Educação  
Viçosa - MG

Prezada Senhora,

Como é do conhecimento de Vossa Senhoria, o Rotary Cidade Universitária abraçou a nossa escola e buscou parceiros em nossa cidade para fazer uma grande reforma na mesma. Porém, vários cômodos ainda estão sem o forro branco de PVC, **inclusive a cozinha e o refeitório**. Eles ainda não conseguiram parceria para concluir esse serviço. A falta do forro nestes cômodos tem ocasionado **muita sujeira** dentro da escola, oriunda de diversas fontes, principalmente de morcegos.

Diante do exposto vimos através deste solicitar, **também em caráter de urgência**, a presença de um profissional competente para medir as áreas que necessitam do forro, a aquisição do material e a colocação do mesmo em nossa escola.

Atenciosamente,

  
Eliane Resende Rodrigues Sobreira  
Coordenadora

Recebi(emos) a 1ª Via  
Assinatura: Donizeti C. Gonçalves  
Data: 07/02/17



**ESCOLA MUNICIPAL ALMIRO PARAÍSO**  
**Resolução N.º 9544/98, de 18 de dezembro de 1998**  
**Rodovia 280 - Km 07 - Tel.: (31) 9760.9513**  
**Viçosa - Minas Gerais**

Viçosa, 17 de maio de 2017.

Prezada Irmã Sônia  
 DD. Diretora do Colégio Normal Nossa Senhora do Carmo

Senhora Diretora:

Com os cordiais cumprimentos, vimos, através deste, obviamente dentro das possibilidades, a doação de materiais que por ventura estejam sem utilidade nesta Unidade Escolar.

Reiteramos que, a Escola Municipal "Almiro Paraíso", com a colaboração do Rotary local, está sendo reformada porém, as obras ficaram inacabadas, por falta de recurso tanto do Rotary, quanto do Município, que não dispõe, no momento, em atender as demandas prioritárias.

Precisamos urgentemente de colocar grades nas janelas laterais da escola. Necessitamos de armários para salas de aula, além de bancos para recebermos pais e ou responsáveis. A creche não possui mesa nem para refeição das crianças, enfim, ficaríamos muito gratos com o que V.Exª puder dispor para uso e melhoria do espaço para nossas crianças.

Com todo respeito merecido a esta renomada Instituição de Ensino que, ao longo desses 100 anos engrandece e orgulha nossa cidade, despedimo-nos, com protestos de elevada consideração.

Atenciosamente,

Margarida Maria Salgado Stanciola  
 Assistente Adm. Escolar  
 Contato - 9-8662-0130

*Entregue em mãos*